

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA

FELIPE NASCIMENTO PEREIRA

**GESTÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO: A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL EM FOCO**

UBERLÂNDIA

2023

FELIPE NASCIMENTO PEREIRA

**GESTÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO: A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL EM FOCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia, como parte das
exigências para a conclusão do curso de Educação
Física – Bacharelado.

Orientadora: Profa. Dr^a. Giselle Helena Tavares

UBERLÂNDIA

2023

FELIPE NASCIMENTO PEREIRA

**GESTÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO: A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL EM FOCO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para a
obtenção do título de Bacharel no curso de Educação
Física – Bacharelado da Universidade Federal de
Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada
por:

Uberlândia, 24 de novembro de 2023.

Prof^ª. Dr^ª. Giselle Helena Tavares - FAEFI/UFU

Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Machado Ribeiro - FAEFI/UFU

Prof^ª. Dr^ª. Solange Rodovalho Lima - FAEFI/UFU

Dedicatória

Esta monografia é dedicada a todos que sempre acreditaram em mim e que acreditam no esporte paralímpico como ferramenta transformadora na vida de pessoas com deficiência.

Agradecimentos

Durante todo o processo deste trabalho enfrentei diversos tipos de dificuldades e contratemplos. Por vezes, fiquei relutante se estava no caminho correto e me sinto feliz em ter concluído esta pesquisa, no entanto, isso só foi possível graças ao apoio de pessoas que merecem agradecimentos hoje e sempre:

A minha família que sempre foi minha base, acreditou em mim e nunca deixou que nada faltasse em minha vida, que esteve comigo me apoiando nos altos e baixos durante todo o processo da graduação, obrigado por estarem sempre ao meu lado, amo vocês.

A minha orientadora Giselle, por ter acreditado em mim e no projeto de pesquisa, que mesmo com as dificuldades que tive sempre esteve me ajudando e me mostrando caminhos que fizeram este trabalho ser possível.

Aos colegas da Empresa Júnior Husport e do grupo de pesquisa GERE que me ajudaram sempre que precisei, compartilhando experiências importantíssimas tanto para graduação quanto para a vida.

E por fim agradeço à banca por aceitar o convite e estar presente participando deste momento muito importante para mim, tenho grande admiração pelo trabalho de vocês.

Lista de figuras

FIGURA 1 - Modelo SPLISS

FIGURA 2 - Recorte do organograma do CPB de 2021

FIGURA 3 - Organograma da estrutura administrativa da APB

FIGURA 4 - Unidades de registro das entrevistas dos gestores

FIGURA 5 - Eixos temáticos das entrevistas dos gestores

FIGURA 6 - Unidades de registro das entrevistas dos beneficiários

FIGURA 7 - Eixos temáticos das entrevistas dos beneficiários

Lista de tabelas

TABELA 1 - Dados do perfil dos gestores

TABELA 2 - Dados do perfil dos beneficiários

Lista de siglas

APB - Academia Paralímpica Brasileira

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CDC - Centro de Controle de Prevenção e Doenças

CIPP - Carteira de Identidade Profissional Paralímpica

CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro

EaD - Educação à Distância

EP - Educação Paralímpica

PAPD - Programa de Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer para Pessoas com Deficiência

SIEX - Sistema de Informação de Extensão

SPLISS - *Sports Policy Leading to International Sporting Success*

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TEA - Transtorno do Espectro Autista

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Este trabalho de conclusão de curso foi elaborado com base nas normas da Revista PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review.

Resumo

Objetivo: Identificar e analisar os processos de gestão desenvolvidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro em relação à formação de profissionais capacitados a atuar no esporte paralímpico, além de analisar as ações da Academia Paralímpica Brasileira e do programa da Educação Paralímpica como cooperadora de tais processos, investigando a efetividade destas formações pelo olhar de gestores destes órgãos e beneficiários das ações formativas.

Metodologia: O estudo possui caráter qualitativo, com uma parte de pesquisa documental e a outra com entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados três gestores e dez beneficiários das formações.

Originalidade/Relevância: Entender melhor como funciona a gestão de atividades formativas e se elas têm resultados positivos tanto para quem as realiza como para quem recebe os serviços do profissional que foi capacitado.

Principais resultados: Foi observado que os órgãos têm programas de formação bem estruturados e gestores que seguem práticas administrativas atualizadas, porém, enfrentando problemas relacionados à alta burocracia. As atividades são bem avaliadas pelos beneficiários, com ressalvas para o gasto com deslocamento para etapas práticas. No entanto, de forma geral, as capacitações retornam de forma positiva para os paratletas que recebem o auxílio destes profissionais que foram habilitados.

Contribuições teóricas metodológicas: Pesquisas relacionadas à gestão de formações no esporte permitem averiguar a qualidade do que está sendo oferecido aos profissionais que buscam se especializar e identificar lacunas que podem ser melhoradas nesta esfera.

Palavras-chave: Gestão; Esporte Paralímpico; Formação; Capacitação

Abstract

Objective: Identify and analyze the management processes developed by CPB regarding the training of professionals capable of working in Paralympic sports. Additionally, examine the actions of APB and EP as collaborators in these processes, investigating the effectiveness of these training programs from the perspective of the managers of these entities and the beneficiaries of the training actions.

Methodology: The study has a qualitative nature, with one part consisting of documentary research and the other involving semi-structured interviews. Three managers and ten beneficiaries were interviewed.

Originality / relevance: To better understand how the management of formative activities operates and whether they yield positive outcomes for both the individuals undergoing the training and those receiving services from the trained professional.

Main results: It was observed that the entities have well-structured training programs and managers who adhere to updated administrative practices, yet they face issues related to excessive bureaucracy. The activities are well-evaluated by the beneficiaries, with some reservations regarding the expenses associated with traveling to practical stages. However, overall, the training programs have a positive impact on the para-athletes who receive assistance from these duly trained professionals.

Theoretical methodological contributions: Research related to the management of training in sports enables the assessment of the quality of what is being provided to professionals seeking specialization and identifies gaps that can be improved in this sphere.

Keywords: Management; Paralympic Sports; Training; Capacity Building

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVO GERAL:	15
2.1. Objetivos específicos:	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3.1. Natureza do estudo e suas características	16
3.2. População e amostra.....	16
3.3. Riscos e benefícios aos voluntários.....	17
3.4. Instrumentos	17
3.5. Procedimento de coleta dos dados.....	18
3.6. Procedimento de análise dos dados.....	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1. Análise documental do CPB	19
4.2. Entrevistas.....	26
4.2.1. Entrevistas com os gestores.....	26
4.2.1.1. Perfil dos gestores	29
4.2.1.2. Processo criativo e desenvolvimento das atividades de formação - APB.....	32
4.2.1.3. Divulgação e veiculação das atividades – APB.....	34
4.2.1.4. Aspectos financeiros	35
4.2.1.5. Coparticipação da UFU.....	37
4.2.1.6. Vantagens das atividades formativas para a UFU	38
4.2.1.7. Processo criativo e desenvolvimento das atividades formativas – EP.....	39
4.2.1.8. Divulgação e veiculação dos cursos ofertados pela EP.....	44
4.2.1.9. Coparticipação com outras instituições	45
4.2.1.10. Aspectos financeiros - EP.....	46
4.2.1.11. Pontos positivos e negativos relacionados a gestão	48
4.2.1.12. Gestão e modelo SPLISS	49
4.2.1. Entrevistas com os beneficiários das atividades formativas	50
4.2.2.1. Perfil dos beneficiários.....	52
4.2.2.2. Realização das atividades de formação e capacitação	54
4.2.2.3. Divulgação e veiculação das atividades	57
4.2.2.4. Aspectos financeiros	60
4.2.2.5. Utilidade da formação ou capacitação	62
4.2.2.6. Sugestões	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67

REFERÊNCIAS	69
Apêndice	72
Roteiro da entrevista semiestruturada realizada com os gestores	72
Roteiro da entrevista semiestruturada realizada com os beneficiários	73
ANEXOS	75
Termo de consentimento livre e esclarecido.....	75
Diretrizes para autores da revista PODIUM	76

1. Introdução

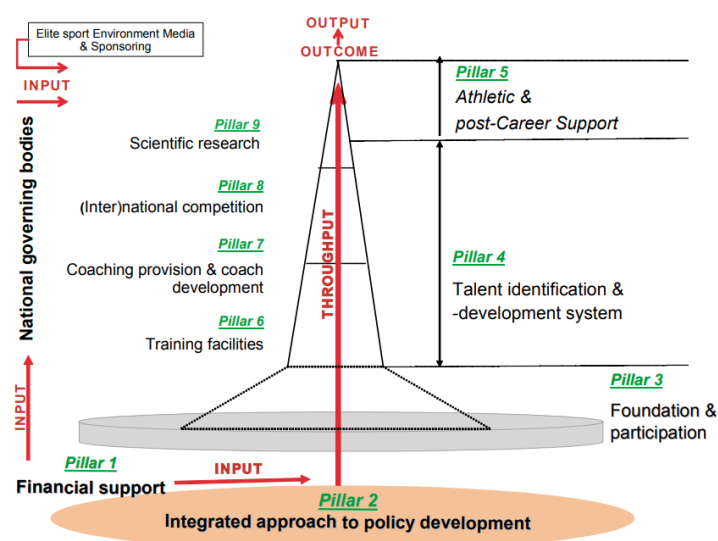
O esporte paralímpico brasileiro, nas últimas décadas, vem demonstrando um desenvolvimento significativo quando observamos suas conquistas, especialmente nas parolimpíadas de verão. De acordo com o próprio Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em um levantamento realizado em 2020, o Brasil teve, a partir das paraolimpíadas de 1996, seu principal crescimento em relação ao número de medalhas, tendo atingido seu ápice nos jogos de 2016 e figurando, atualmente, na 19ª posição mundial no número de medalhas conquistadas em todas as edições.

Desse modo, é possível relacionar tais conquistas com a gestão realizada pelo CPB, que, de acordo com o estudo de Marques e Fleury (2013), observou uma evolução nesse quesito. Os autores apontam como principais parâmetros um modelo de gestão ativo, procurando antecipar problemas, o aumento da transparência e a maior entrada de recursos financeiros, patrocinadores e novos projetos, para investimentos nas atividades paralímpicas e contratações de bons profissionais. Segundo Haichi *et al* (2016), esses são um dos principais pontos para que se tenha um bom desenvolvimento e dedicação profissional do provável principal sujeito envolvido nessas dinâmicas, o atleta.

Dito isso, De Bosscher, De Knop, Van Bottenburg e Shibli (2006) desenvolveram o modelo SPLISS (Sports Policy Leading to International Sporting Success), que tem como foco evidenciar fatores determinantes no sucesso esportivo, como é possível evidenciar na figura 1.

Figura 1:

Modelo SPLISS



Fonte: De Bosscher *et al* (2006)

Assim, neste trabalho foi aportada uma atenção maior ao 7º pilar do modelo, que se remete justamente ao desenvolvimento e ao suporte para treinadores. Nesse contexto, Patatas *et al* (2020) demonstram em seu estudo que, segundo os próprios atletas paralímpicos brasileiros, um dos fatores mais importantes para seu bom desempenho e evolução esportiva se remete a profissionais e treinadores capacitados ao trabalho no cenário do esporte paralímpico. Assim, conseguimos começar a dar um enfoque maior ao tema a qual este trabalho se propõe, voltando-se para a capacitação desses profissionais nessa área esportiva especificamente.

De maneira cronológica, em 2010, é criada pelo CPB a Academia Paralímpica Brasileira (APB), que de acordo com seu estatuto, tem por finalidade o fomento e o desenvolvimento da “Produção, divulgação e publicação Científica e Tecnológica” concernente ao esporte paralímpico, visando formar sempre novos pesquisadores nesse cenário. Dessa forma, em sua estrutura, é possível elencar a diretoria e conselho gestor, bem como os membros pesquisadores e membros institucionais, que seriam universidades e institutos de pesquisa, os quais têm parte na tomada de decisões gerais relacionadas a APB. Assim, para cumprir seus objetivos, a APB organiza congressos científicos, projetos de pesquisa e cursos de habilitação em esportes paralímpicos (como halterofilismo, natação, atletismo etc.) que ela propicia para profissionais que queiram se especializar na área, onde em todos, as instituições membros recebem apoio da APB para que essas atividades possam ocorrer.

Posteriormente, em meados de 2017, com a alta demanda de projetos do CPB, surge uma divisão da APB denominada de Programa de Educação Paralímpica (EP). Essa, por sua vez, se trata de um programa que tem foco total na formação de novos treinadores, classificadores, árbitros e outros profissionais desse contexto esportivo (CPB, 2023). Para isso, o CPB utiliza de cursos de capacitação, introdução ao esporte paralímpico e metodologias de inserção do esporte paralímpico em diversos meios, seja em escolas ou entidades de assistência para pessoas com deficiência, por exemplo, para promover as temáticas da EP, seja com cursos presenciais, de maneira remota e *on-line* ou até mesmo híbrida, utilizando ambas as modalidades de ensino. Existe até mesmo um curso denominado “Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte” que é realizado em formato de Educação à Distância (EaD), com foco em formação de profissionais em escolas, visando sua abrangência em todo o Brasil e a curto prazo (CPB, 2023).

Assim, com base nesse contexto e na importância que existe de uma devida formação de profissionais voltados para o esporte paralímpico, bem como o fato de que a APB e a Educação Paralímpica tratam-se de estratégias que talvez sejam as maiores do CPB voltadas para essa finalidade em parceria com demais instituições, e ainda, considerando o Pilar 7 do

modelo SPLISS, que ressalta como um fator de sucesso esportivo o desenvolvimento e suporte para treinadores, surgiram os seguintes questionamentos: como se dá a gestão do CPB em relação à formação dos profissionais ligados ao esporte paralímpico no Brasil? As ações de gestão nesta área são efetivas? Qual é o papel da APB e de seu programa da EP neste processo?

A elaboração e a realização deste estudo se mostra relevante em visão da importância manifestada pela temática abordada, da possibilidade de uma investigação robusta e de qualidade dos pontos questionados através de um modelo validado mundialmente, como é o caso do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006), além da oportunidade de observar o cumprimento das principais necessidades apresentadas por atletas paralímpicos no decorrer de suas carreiras, que foram demonstradas por Patatas *et al* (2020) em seu estudo.

Referente a isso, podemos nos voltar para o principal órgão organizador do esporte paralímpico no Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), entendendo que cabe a ele promover as formações necessárias para aqueles que procuram se especializar na área e desenvolver estratégias, como a criação da Academia Paralímpica Brasileira (APB) e do programa da Educação Paralímpica (EP), para esse propósito. Ademais, vale ressaltar que existe uma carência de estudos que procuram analisar como a gestão do CPB, da APB ou da EP está atrelada a formação desses profissionais, sendo esse mais um ponto de viabilidade da presente pesquisa.

Por fim, surge uma motivação pessoal, após participar do Programa de Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer para Pessoas com Deficiência (PAPD), oferecido pela UFU, pelo aprofundamento no trabalho de questões de gestão relacionadas ao esporte paralímpico, principalmente quando se fala em oportunidades de melhorar de alguma forma o processo de desenvolvimento no esporte, tanto de atletas paralímpicos como de treinadores e profissionais no âmbito do território nacional.

Além disso, enquanto membro do Grupo de Pesquisas em Gestão do Esporte, Lazer e Saúde (GERE) da UFU, os dados coletados nesta pesquisa também podem colaborar e servir de apoio para pesquisas futuras voltadas para a área do esporte paralímpico, bem como, elucidar questões a serem aprimoradas nos processos de gestão para um melhor aproveitamento daqueles que se interessam pela profissionalização neste cenário.

2. Objetivo geral:

Analisar os processos de gestão desenvolvidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro em relação à formação e capacitação de profissionais para atuar no esporte paralímpico e analisar

as ações da Academia Paralímpica Brasileira e da Educação Paralímpica como cooperadora de tais processos.

2.1. Objetivos específicos:

- Identificar quais são os processos desenvolvidos pela gestão do Comitê Paralímpico Brasileiro em relação a formação de profissionais no âmbito do esporte paralímpico e como eles ocorrem.
- Identificar quais são as ações da Academia Paralímpica Brasileira e da Educação Paralímpica em conjunto do Comitê Paralímpico em prol dessas formações e como elas ocorrem.
- Analisar a efetividade das ações do Comitê Paralímpico Brasileiro, Academia Paralímpica Brasileira e Educação Paralímpica sobre estas formações, a partir da visão de gestores de tais órgãos e de profissionais beneficiados por essas ações.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1. Natureza do estudo e suas características

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, em que se tem como ideia central, explorar, descrever e compreender determinados pontos do tema abordado, coletando dados por meio de observações de registros, arquivos, documentos e experiências dos participantes envolvidos no estudo mediante entrevistas, já que, “os dados qualitativos são essencialmente significativos, mas mais do que isso, mostram uma grande diversidade.” (Gibbs, 2009, p.17).

3.2. População e amostra

A população deste estudo foi formada por gestores do CPB que têm ligação com a gestão tanto da APB como da EP, de profissionais, treinadores e professores da área esportiva que já tenham participado de algum processo de formação voltado ao esporte paralímpico oferecido pelos órgãos citados. Para a seleção da amostra, inicialmente, o CPB foi contatado para que fosse feito um levantamento de gestores do CPB que têm suas funções voltadas para a APB e a EP. Em seguida, foi pedida a autorização do CPB para que o estudo fosse realizado com esses gestores. Assim, foram convidados para participar da pesquisa aqueles gestores que na presente data da pesquisa, em julho de 2023, estivessem atuando diretamente na APB e EP.

No âmbito dos profissionais, treinadores e professores, foi feita uma amostragem por conveniência por meio de uma ampla divulgação via on-line, mediante aplicativos de comunicação e redes sociais, como Whatsapp e Instagram, apresentando sobre a realização da

pesquisa e procurando por indivíduos que cumprissem com as especificidades do trabalho, que eram o de ter participado de ao menos uma atividade de formação e capacitação oferecida pela APB ou pela EP e tivessem interesse em participar da entrevista.

Assim, foi solicitado para que os indivíduos que cumprissem com esses requisitos fizessem contato direto com o pesquisador por meio de telefone celular ou mensagem de texto, para firmar sua participação. Por fim, foi feito o convite formal a esses indivíduos que demonstraram interesse, fazendo a exclusão daqueles que não aceitaram o convite ou não cumpriram com outros requisitos de alguma forma. Logo, participaram da pesquisa 3 gestores e 10 beneficiários que cumpriam com as necessidades deste trabalho, mencionadas anteriormente.

3.3. Riscos e benefícios aos voluntários

Primeiramente, foi garantido ao voluntário total anonimato em relação a sua participação, suas explicações e respostas concedidas ao presente estudo, em quaisquer fases de execução que ele se encontre. Também foi garantido ao voluntário total direito de desistência caso seja de sua vontade e o pesquisador encarregado esteve disponível sempre que fossem necessários quaisquer tipos de esclarecimentos.

Em relação aos riscos, eles podem ser tratados como mínimos, e advir de um possível desconforto emocional (leve ansiedade) em um contato inicial com o instrumento utilizado no estudo. Como benefícios, o voluntário pôde contribuir para um melhor entendimento dos processos de gestão do CPB voltados para a APB e EP em relação à formação de profissionais voltados para o esporte paralímpico, bem como, sua efetividade, além de promover dados que podem auxiliar futuras pesquisas que tenham como premissa a gestão nessa área esportiva.

3.4. Instrumentos

Em relação à coleta de dados de informações e características dos processos de gestão vigentes do CPB voltados à APB e a EP, foi feita uma pesquisa documental em que as fontes de documentação visadas mais adequadas a este estudo foram, segundo Gil (2008), registros institucionais escritos, como por exemplo relatórios, atas, estatutos, e registros de comunicação de massa, como publicações, revistas, programas de rádio e televisão etc.

Ademais, para a coleta de dados dos gestores do órgão da APB e do programa da EP foi realizada uma entrevista semiestruturada, promovendo maior flexibilidade entre entrevistador e entrevistado, organizada em 3 dimensões as quais as perguntas eram voltadas. A primeira dimensão foi voltada para as perguntas de caracterização do gestor, procurando entender

principalmente qual sua área de atuação e obrigações dentro da entidade. Na segunda dimensão, foram feitas perguntas sobre os processos de gestão da APB e EP em relação às formações de profissionais, procurando entender quais são elas, ações de gestão relacionadas a elas, seus desdobramentos, funcionalidades e finalidades. Na parte final, foram alocadas perguntas voltadas às opiniões do gestor sobre esses processos determinados, elencando benefícios, adversidades, erros e acertos em suas execuções e possíveis sugestões.

Logo, tendo em vista a coleta de dados dos profissionais beneficiados pelas formações dos órgãos, o instrumento utilizado foi semelhante. Nesse âmbito, foi feita uma entrevista semiestruturada, na qual as perguntas eram organizadas em 3 dimensões. Na primeira, eram feitas perguntas de caracterização do sujeito, em que o foco maior foi entender sua área de atuação e qual das formações dos órgãos foi realizada pelo participante. Em seguida, as perguntas eram voltadas para como foi o processo que ele participou, o que foi abordado, as interações ocorridas com a temática e seus desdobramentos durante esta formação. Por fim, foram tratadas perguntas sobre a opinião do beneficiário sobre a formação feita, sua utilidade, os reflexos que ela tem em sua área de atuação, o que pode ser visto como pontos bons e ruins em ter participado e sugestões para futuras formações.

Desse modo, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas de maneira on-line, por meio do aplicativo de videochamada Zoom, a fim de permitir um fácil contato entre entrevistador e entrevistado.

3.5. Procedimento de coleta dos dados

A presente pesquisa seguiu todos os cuidados éticos e morais necessários para assegurar a integridade dos indivíduos que participaram do estudo. A partir disso, foi feita a coleta dos documentos que os órgãos analisados possuíam que pudessem ser úteis para o entendimento dos processos de gestão, os quais ficaram sob sigilo, sendo somente disponibilizados aos envolvidos com o projeto. Aliado a isso, foi feita, após o contato inicial com os possíveis participantes, a relação dos gestores e dos beneficiários das formações para identificar aqueles que se enquadraram corretamente à amostra proposta.

Em seguida, foram realizadas duas entrevistas teste, uma com a formatação própria para os gestores e outra com a formatação para os profissionais beneficiados, ambas com o intuito de entender o tempo que seria gasto e eventuais melhorias que poderiam ser implementadas no roteiro. Em sequência, foram enviados os convites individualmente para cada um dos gestores e dos profissionais beneficiados propondo a realização da entrevista semiestruturada. Todos os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) elucidando a

eles todas as características do estudo, demonstrando suas liberdades em questões de desistência em qualquer fase do projeto.

Portanto, foi agendada, juntamente ao participante, a data e o horário em que seria realizada a entrevista de forma on-line, sendo enviado ao participante o link de acesso para a sala de reunião virtual. Desse modo, o número de celular e o e-mail do pesquisador encarregado foi enviado a todos os participantes e esteve disponível para contato e esclarecimento de qualquer dúvida a qualquer momento. Para caráter metodológico, os gestores foram chamados de G1, G2, G3 e os beneficiários de B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9 e B10.

3.6. Procedimento de análise dos dados

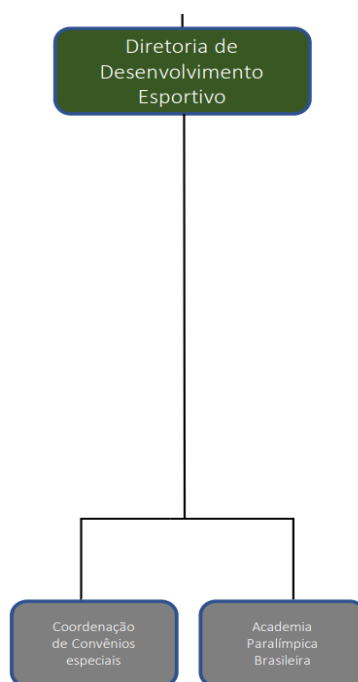
Tanto para os dados documentais coletados quanto para as informações e respostas coletadas nas entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977), se remete a um conjunto de técnicas de análise de comunicações, no qual é visado, mediante a procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição dos conteúdos das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que irão permitir a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção (variáveis inferidas) das mensagens analisadas.

4. Resultados e discussão

4.1. Análise documental do CPB

Procurando entender como é a estrutura administrativa do CPB e buscando por fontes atuais, foi encontrado que o CPB possui um site¹ destinado à sua gestão de recursos (CPB, 2021), que possui um organograma de 2021, onde nota-se que a APB está alocada na Diretoria de Desenvolvimento Esportivo, como é possível observar na figura 2.

¹ Estes dados foram encontrados no site: <https://gestaorecursos.cpb.org.br/>

Figura 2:*Recorte do organograma do CPB de 2021***Fonte:** CPB (2021)

Desse modo, Mello e Winckler (2012) ainda apresentam alguns fatos que o CPB enxerga como fundamentais para que o esporte paralímpico alcançasse o nível de desenvolvimento que ele possui hoje, sendo notável dentre eles, a sanção da Lei Agnelo/Piva, que define os repasses continuados de 2% de recursos financeiros oriundos das loterias federais, aos esportes no Brasil, permitindo uma arrecadação de 15% deste total de repasses para o comitê paralímpico, o que foi vital para um aprimoramento da estruturação e planificação. É importante ressaltar que, em 2015, essa porcentagem foi alterada com a sanção da Lei da Inclusão (13.146/2015), que redefiniu o total de repasses das loterias ao esporte no Brasil para 2,7%, os quais desse total, 37,04% são destinados ao CPB.

De acordo com o próprio CPB (2023), outra importante fonte de renda para o comitê é a parceria feita com o Governo do Estado de São Paulo, sendo denominado Time São Paulo, além do patrocínio das Loterias Caixa. Dito isso, foi feita uma pesquisa mais extensa pelo site² oficial do CPB (CPB, 2023), onde dentre várias informações sobre as práticas esportivas, calendários e notícias voltadas para a entidade, existe uma área destinada para “Ciência e Pesquisa”, em que dentro dela havia uma aba destinada a APB. Esta aba se dividia em 4 partes,

² Estes dados foram encontrados no site: <https://cpb.org.br/>

sendo elas “Academia Paralímpica Brasileira”, “Congresso Paralímpico”, “Seminários Regionais” e “Parceiros”.

Aprofundando na busca de informações, verificamos que existia uma subdivisão de mesmo nome da APB, e que nela constava uma breve descrição, demonstrando a finalidade do órgão de forma geral e com ênfase em vertentes de educação, formação, produção científica e tecnologia, todas elas relacionadas ao esporte paralímpico, sendo apresentados também os objetivos almejados pela APB, como a qualidade do para desporto que é oferecida à população e a formação de recursos humanos. Vale notar, também, que existe uma breve explicação da cooperação da APB com universidades a fim de permitir que o esporte paralímpico seja introduzido na formação curricular de inúmeras áreas, que poderão se tornar futuros profissionais qualificados que atuem e auxiliem nas ações voltadas ao propósito do esporte paralímpico.

Por fim, outro ponto importante a ser mencionado é que nessa área também constava o regimento interno da APB. Nele, são descritas também as finalidades e atribuições da APB de maneira mais detalhada, com destaque para publicação de materiais científicos, a promoção da troca de dados de pesquisas entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a realização de congressos, seminários e eventos científicos voltados para a formação de profissionais, e diversas outras ações com deliberações semelhantes. Outro ponto bastante relevante presente no regimento é a disposição da estrutura administrativa APB, como mostra a figura abaixo:

Figura 3:

Organograma da estrutura administrativa da APB



Fonte: CPB (2018)

Sendo determinadas quais são as distribuições dos cargos da APB, no regimento também temos as divisões de cada corpo administrativo apresentado, além das funções e obrigações de que cada cargo é passível. Sobre a diretoria executiva, temos os cargos de Presidente, Vice-presidente, Diretor Técnico do CPB, Coordenador Geral e Superintendente do CPB, todos eles com o dever de representar a APB nacional e internacionalmente, estipular orçamentos e as demandas científicas.

Ademais, em relação ao conselho gestor, ele é formado pelos membros da diretoria executiva e um membro de cada universidade que ajudou na criação da APB. Aqui é mencionada a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atual parceira na efetivação das formações. Para esses gestores cabe a aprovação de planejamentos, documentos, valores de pró-labore de profissionais de eventos da APB e participações de membros pesquisadores e institucionais.

Observando a parte de membros, temos os membros pesquisadores, que são indivíduos no mínimo graduados que produzem conteúdo científico voltados ao esporte paralímpico com o apoio da APB, e os membros institucionais, que se trata de institutos de ensino superior e de pesquisa que auxiliam no estímulo à disseminação de atividades de desenvolvimento e divulgação de pesquisa científica e eventos voltados ao esporte paralímpico.

Relatando um pouco sobre a parte de “Congresso Paralímpico” presente na aba da APB, ele se trata do “Congresso Paradesportivo Internacional”, um evento que integra profissionais da Educação Física de diversos países em atividades cursos, workshops, e apresentações de pesquisas. O evento ocorre desde 2010 e na aba estão presentes os anais das edições anteriores.

Sobre a área que consta “Seminários Regionais” existe apenas uma breve descrição sobre o empenho do CPB na capacitação de profissionais e que o seminário é um método para fazer com que isso aconteça de forma espalhada pelo país, porém, sem maiores informações sobre como ou onde ele ocorre, apenas que futuras informações serão fornecidas e relação ao “1º seminário regional 2023”. Da mesma forma, existe uma área sobre “Parceiros”, sem nenhuma informação adicional sobre o que são e quem são, somente que serão fornecidas informações sobre isso no futuro.

No mesmo site do CPB também há uma parte destinada ao programa da EP e dentro dela temos abas sobre a própria “Educação Paralímpica”, “Curso Movimento Paralímpico” e “Credenciamento de instituições”. Nesse contexto, observando a aba homônima da EP, nela consta um breve resumo sobre a missão e finalidade do programa, na qual é possível destacar os pontos sobre o foco em formação e capacitação profissional de técnicos, árbitros e classificadores no esporte paralímpico, a realização de cursos capacitadores voltados para

modalidades específicas, introdução ao “Movimento Paralímpico” e para o uso do esporte paralímpico como mecanismo de convivência e socialização. É demonstrado que os cursos são conduzidos de maneira presencial e também em formato de Educação à Distância (Aedo).

Sobre o “Movimento Paralímpico”, que também possui uma aba na área da EP, o mesmo se trata de um curso inteiramente EaD, com 46 horas de duração e que trabalha o Esporte Paralímpico de uma forma mais generalizada para que profissionais de Educação Física que se interessem em trabalhar mais a fundo com esta vertente esportiva, possam ter uma base de formação a partir dele. Constam nele módulos sobre os esportes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), história e estrutura do esporte paralímpico e do CPB, tipos de deficiência, modalidades, classificações, ou seja, conceitos primordiais que o profissional deveria possuir para posteriormente se inscrever e se capacitar em cursos mais específicos. Nessa aba existe também um botão de inscrição que leva ao site³ próprio do programa da EP (Educação Paralímpica, 2023), que será discutido mais à frente.

Em uma última aba existe o “Credenciamento de Instituições”, que se trata de um espaço reservado para as instituições que têm interesse em receber profissionais enviados pelo CPB para ministrar cursos presenciais de habilitação técnica de nível I, II ou III de todas as modalidades oferecidas, possam enviar um formulário com os dados requeridos e posteriormente receber um modelo de acordo de cooperação.

Em sequência, ao analisar o site⁴ do programa da EP (Educação Paralímpica, 2023), é possível evidenciar, logo na página inicial, um documento sobre o regulamento geral do programa. Nesse sentido, no próprio documento, estão estabelecidas todas as normas de aplicação e participação nos cursos ofertados pelo programa, além de indicações sobre os acordos de cooperação com os parceiros. Esses acordos são descritos como “Acordo de Cooperação Técnica”, realizados com Secretarias Municipais, Estaduais, Governo Federal e demais instituições, visando estabelecer as obrigações das partes solicitantes e ofertantes do curso presencial, em questões de infraestrutura e logística. Além disso, essas delimitações de parceria são semelhantes para as Confederações Esportivas, com o detalhe importante de que o CPB possibilita que os profissionais delas também possam ter a oportunidade de participar em eventos internacionais. Por fim, essas parcerias também se estendem aos Clubes Paralímpicos que oferecem modalidades administradas pelo CPB, podendo se tornar locais credenciados para receber profissionais que necessitem fazer o componente prático dos cursos de Habilitação Técnica.

³ Estes dados foram encontrados no site: <https://www.educacaoparalimpica.org.br/>

⁴ Estes dados foram encontrados no site: <https://www.educacaoparalimpica.org.br/>

Por isso, os possíveis formatos de realização dos cursos também são elencados, sendo eles assíncronos (por meio da plataforma Moodle), síncronos (plataforma Zoom), presenciais (sendo realizados preferencialmente no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro em São Paulo, nos Centros de Referências instituídos pelo CPB ou demais instituições parceiras, seguindo os protocolos designados no regulamento) e Híbridos (sendo realizados presencialmente mas também transmitidos ao vivo pela plataforma Zoom). Logo, é importante destacar que a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) participa nos processos de manutenção dos cursos, agregando os dados dos participantes e emitindo os certificados de conclusão, através da plataforma SIEX (Sistema de Informação de Extensão).

Em seguida, nos são apresentadas as Categorias de Cursos. Nessa parte, é relevante citar que para que o indivíduo possa realizar qualquer curso da EP, ele deverá ter concluído previamente dois outros cursos base que são categorizados como “Cursos de Iniciação”. Nesse contexto, deverá ter realizado os seguintes cursos: Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte e o de Classificação Esportiva Paralímpica. Dito isso, os demais cursos são definidos como “Habilitações Técnicas” e são divididos da seguinte maneira (Educação Paralímpica, 2023):

- Formação de treinadores: Curso voltado para capacitação de treinadores que poderão trabalhar e dirigir equipes na modalidade paralímpica ao qual o curso se refere. Este tipo de curso possui sua parte teórica online e se aprovado nesta etapa, o indivíduo poderá realizar a parte de atuação prática. Este tipo de curso possui 3 níveis diferentes, com cada um possuindo cargas horárias próprias e permitindo que o treinador atue em um cenário específico. O nível I permite atuação nos âmbitos regionais e escolares, o nível II em âmbito nacional e o nível III em âmbito internacional. Como pré-requisitos adicionais para realizar o curso o indivíduo deve ter formação em educação física e CREF ativo.
- Formação de árbitros: Este curso permite ao indivíduo se capacitar para arbitrar competições de nível regional ou nacional (de acordo com o que foi ofertado). Sua parte teórica é online e sua parte presencial exige que o indivíduo participe, acompanhado de um profissional especializado indicado pela EP, da parte de arbitragem de uma competição do calendário oficial do CPB ou da instituição da modalidade cursada. Não existem pré-requisitos adicionais para este tipo de curso, sendo livre para que estudantes e profissionais de diferentes áreas se capacitem.

- Formação de classificadores: Esta capacitação permite ao indivíduo se tornar um classificador de deficiências de atletas que irão competir em determinada modalidade em nível regional, nacional ou internacional. Possui componente teórico online, e, assim que finalizado, o cursando adquire o status de “Trainee”, devendo, acompanhado por um profissional designado pela EP, atuar em no mínimo 3 competições do calendário oficial do CPB ou da confederação. Ao final deste processo o cursando deve enviar um relatório de atividades para o profissional responsável para finalizar a formação. O pré-requisito do curso é que o indivíduo já seja profissional de educação física, fisioterapeuta ou médico, possuindo CREF, CREFITO ou CRM ativos.
- Formação de educadores: Este tipo de curso tem o intuito de formar docentes que possam ministrar as formações de iniciação e de habilitação técnica. Esta é a formação onde existem mais pré-requisitos, onde o indivíduo deve possuir pelo menos uma atuação ministrando aulas ou tratando de modalidades paralímpicas pelo menos uma vez, desde 2017. Além disso, para a docência nas habilitações técnicas o indivíduo deve comprovar experiência técnica de habilitação nível III ou participações em jogos paralímpicos, para-panamericanos ou mundiais. A Carteira de Identificação Profissional de Educador vale por 2 anos. Sua renovação é feita mediante aos cursos de atualização técnica.
- Atualização Técnica: O CPB oferece regularmente cursos de atualização com intuito de permitir intercâmbio de conhecimentos, sendo eles requisito necessário para que o indivíduo renove sua Carteira de Identidade Profissional Paralímpica (CIPP), que também tem validade de 2 anos.

O regulamento também demonstra as normas de avaliação e certificação (realizadas através da plataforma SIEX), além dos prazos e processos para renovação da CIPP.

Em entrevista com o Responsável Técnico pelo Acordo de Cooperação, entre o CPB e a UFU, em relação as atividades da EP e também pela certificação dos cursos através do *SIEX*, foi evidenciado que o CPB realiza aproximadamente 200 cursos por ano. Nos últimos 50 cursos cadastrados, a média foi de 62 participantes (sendo o maior com 257 participantes e o menor com 3 participantes). Além disso, o próprio site da EP indica que existem 53.176 usuários ativos atualmente em seu sistema.

A EP também realiza outras ações como seminários de educadores (que prioriza adequar procedimentos didáticos e orientação com os valores do CPB), seminários “Centro de Referência” (voltados principalmente para alunos/as de cursos que tenham contato com pessoas

com deficiência e também para membros de Secretarias de Educação públicas e particulares, a fim de promover visibilidade sobre os centros de referência paralímpicos e introduzir as atividades da EP) e também seminários nacionais da EP (com o intuito de partilhar experiências e metodologias voltadas para iniciação esportiva paraolímpica e educação física escolar inclusiva).

Dessa maneira, no site da EP é possível verificar todos os cursos, sejam eles abertos para inscrição, em andamento ou que já foram encerrados. Há também cartilhas de iniciação a diversos esportes, onde é apresentada a história do esporte, regras e metodologias básicas para o ensino. Por fim, no site também é possível fazer o login na plataforma da EP, em que o usuário pode descobrir quais cursos e seminários irão acontecer, fazer o acompanhamento dos cursos em que ele está inscrito, suas notas, agendar novos cursos e acessar o material dos cursos online.

4.2. Entrevistas

4.2.1. Entrevistas com os gestores

Na segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas que possibilitaram um maior aprofundamento sobre o entendimento de como essas formações oferecidas se desenvolvem. Houve uma entrevista específica para gestores e outra para beneficiários, em que, a partir dos dados coletados, foi feita, com o auxílio dos métodos de análise de conteúdo de Bardin (1977) e Franco (2008), a denominação a posteriori de unidades de registro (denominadas também como temas) e eixos temáticos. Logo, as unidades de registro permitiram identificar declarações significativas sobre um determinado ponto específico que estava presente nas perguntas abordadas, como esclarece o quadro abaixo relacionada às entrevistas com os gestores:

Figura 4:

Unidades de registro das entrevistas dos gestores

TEMAS	OBSERVAÇÕES SOBRE OS AGRUPAMENTOS
Caracterização do indivíduo.	Descrições básicas do gestor que está sendo analisado, como idade, gênero, e suas competências, como formações e formações complementares.
Cargos e funções dentro dos órgãos.	Abordagens sobre que posições hierárquicas e de gestão dentro dos órgãos analisados que os indivíduos possuem e quais atribuições são designadas aos mesmos.

Relação das atividades de formação e capacitação com os cargos.	Compreensão sobre o nível de prioridade que as atividades de formação e capacitação possuem dentro dos cargos que os indivíduos exercem.
Experiências recentes com atividades de gestão.	Discussões sobre as experiências de gestão dos indivíduos, sejam pontuais ou contínuas, enquanto no exercício de seus cargos, que são relacionadas às atividades de formação e capacitação.
Elaboração de atividades de formação e capacitação.	Explicações sobre como são propostas e quais bases são seguidas para a construção das atividades.
Execução de atividades de formação e capacitação.	Quais são os desdobramentos para que a atividade se concretize de maneira adequada a sua idealização. Entendimentos sobre como os gestores e as instituições agem neste processo.
Manutenção de atividades de formação e capacitação.	Após iniciada, como é feita a continuidade para que a atividades possa fluir da maneira correta.
Etapas essenciais.	Ações que, na visão dos gestores, são pontos chave, de grande relevância, para o bom funcionamento das atividades.
Desafios e dificuldades.	Entendimento sobre quais são as principais dificuldades durante todo o processo de realização das atividades e como elas são contornadas.
Expectativas sobre as atividades.	Discussões em relação a percepção dos gestores sobre como e onde eles esperam que os beneficiários possam atuar com os conhecimentos adquiridos nas atividades.
Divulgação e veiculação das atividades.	Como é feita a divulgação das atividades, por que meios elas são veiculadas e ministradas e quais os principais desafios presentes nestes tópicos.
Coparticipação com outras instituições.	Entender como outras instituições parceiras do CPB atuam no desenvolvimento dos projetos de capacitações e formações, quais suas obrigações e apoios oferecidos.
Gastos brutos.	Qual o montante necessário para realização das atividades e seu reflexo nos orçamentos da entidade.
Destinação de fundos.	Como é feita a divisão de gastos voltados para as atividades.
Pontos positivos e negativos sobre a gestão das atividades	Opiniões apresentadas pelos indivíduos que acreditam ser principais pontos positivos e negativos sobre a gestão realizada pelo CPB para com as atividades.
A gestão e o cenário paralímpico brasileiro.	Opiniões e apontamentos dos indivíduos sobre o papel da gestão, de forma geral, para o cenário paralímpico brasileiro.
A visão do CPB sobre as atividades de formação e capacitação.	Opiniões e apontamentos dos indivíduos sobre a importância que o CPB demonstra em relação às atividades de formação e capacitação.
Opiniões adicionais sobre a temática.	Opiniões de caráter mais livre dos indivíduos sobre pontos relacionados à temática da pesquisa que podem não ter sido perguntados durante a entrevista, mas que os indivíduos também consideram relevantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, tendo as unidades de registro bem elencadas, foram observadas, então, as semelhanças e diferenças que permitiriam associar um tema a outro, em que foram construídos eixos temáticos norteadores para uma análise mais enxuta e contundente sobre os dados. Desse modo, os eixos temáticos foram elaborados para ambas as categorias de indivíduos, como exemplifica o quadro baixo relacionada aos eixos para os gestores:

Figura 5:

Eixos temáticos das entrevistas dos gestores

EIXOS	TEMAS INICIAIS
Perfil dos gestores	Caracterização do indivíduo.
	Cargos e funções dentro dos órgãos.
	Relação das atividades de formação e capacitação com os cargos.
	Experiências recentes com atividades de gestão.
Processo criativo e desenvolvimento das atividades de formação e capacitação.	Elaboração de atividades de formação e capacitação.
	Execução de atividades de formação e capacitação.
	Manutenção de atividades de formação e capacitação.
	Etapas essenciais.
	Desafios e dificuldades
	Expectativas sobre as atividades.
Divulgação e veiculação das atividades.	Divulgação e veiculação das atividades.
Coparticipação com outras instituições.	Coparticipação com outras instituições.
Aspectos financeiros.	Gastos brutos.
	Destinação de fundos.
Pontos positivos e negativos sobre a gestão das atividades.	Pontos positivos e negativos sobre a gestão das atividades.
Gestão e modelo SPLISS.	A gestão e o cenário paralímpico brasileiro.
	A visão do CPB sobre as atividades de formação e capacitação.
Opiniões adicionais sobre a temática.	Opiniões adicionais sobre a temática.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em seguida, foram realizadas 3 entrevistas com gestores de diferentes áreas pertinentes ao foco do estudo, sendo eles um consultor e coordenador da APB (G1), um coordenador da EP (G2) e o Responsável Técnico pelo Acordo de Cooperação entre o CPB e a UFU (G3). Analisando os perfis de cada um, foi possível elaborar a tabela a seguir com algumas de suas características expressivas:

Tabela 1

Dados do perfil dos gestores

Variáveis		Incidência
Gênero	Masculino	3
	Feminino	-
Idade	Até 29 anos	-
	30 a 39 anos	1
	40 a 49 anos	-
	50 a 59 anos	2
	Acima de 60 anos	-
Formação	Educação Física	2
	Pedagogia	1
Formações complementares	Doutorado em Ciências da saúde	1
	Pós-doutorado	1
	Sem especialização	1
Cargos	Coordenador do programa “Educação Paralímpica”	1
	Consultor e coordenador da “Academia Paralímpica”	1
	Responsável Técnico pelo Acordo de Cooperação entre o CPB e a UFU	1

Fonte: Elaborada pelo autor

4.2.1.1. Perfil dos gestores

Inicialmente, a partir da tabela, é válido notar a falta de diversidade em meio aos gestores que possuem cargos notáveis dentro das instituições, visto que todos são homens. Foi evidenciado que a faixa etária predominante entre eles foi de 50 a 59 anos. Além disso, a formação em Educação Física se sobressai, havendo 1 com formação em outra área. Também, é perceptível o alto nível técnico que se enquadram os indivíduos, visto que 2 possuem no

mínimo um doutorado, sendo curioso refletir qual seria o motivo de um deles não ter formação em pós-graduação lato sensu. Em seus cargos, cada gestor atua com as atividades de formação e capacitação de uma maneira diferente.

(G1) “[...] eu sou professor da Universidade Federal de Minas Gerais, e como professor aqui, faço uma consultoria para o comitê paralímpico, no qual, como consultor, sou coordenador da Academia Paralímpica...”

(G2) “Então, nós temos uma equipe interna com 5 pessoas e organizamos nossas ações do programa. Temos como missão organizar todos os cursos visando a formação de profissionais para atuarem tanto no esporte paralímpico, como em relação ao alto rendimento. Então, nesse caso, nós falamos da formação de treinadores, árbitros e classificadores principalmente, como também em relação a iniciação esportiva. [...] Então, as minhas atribuições são relacionadas a aprovação de curso, validação de conteúdos, acompanhamento das atividades da equipe [...]”

(G3) “Eu estou fazendo essa interface da UFU para o comitê paralímpico. Os cursos são executados e planejados pelo comitê, e a UFU faz a certificação deles. Então, eu recebo esses documentos, faço o cadastro, depois recebo o relatório deles. Cadastro também no SIEX e a gente faz a emissão do certificado. Confere a lista de participantes, vê o que está certo e errado. Cria o verso do certificado e faz essa liberação do certificado no SIEX.”

Nota-se que os gestores possuem papéis voltados para o monitoramento, o qual, segundo Bendorath *et al* (2020, p. 5), é um processo que está:

Associado aos indicadores previamente definidos como centrais quando do ato de implementação da ação programática. Isso infere que dada a ação de execução de um projeto, seu monitoramento deverá ser feito a partir dos dados obtidos em comparação com o planejamento proposto. Portanto, ações de ajustes e correções são baseadas em pressupostos claros e compreensíveis a todos os atores do processo (Bendorath *et al*, 2020, p. 5).

No entanto, não é necessariamente eles que iniciam alguma das ações formativas, mas sim participam ativamente na pré-organização e supervisão. Além disso, quando questionados sobre experiências recentes de gestão, todos demonstraram desenvolver suas funções em prol das atividades de capacitação de maneira rotineira, por vezes estando atentos a mais de uma atividade ao mesmo tempo, como é evidente em suas falas:

(G1) “Uma das funções da Academia Paralímpica é a área de formação de recursos humanos. Então, nós estamos a todo momento provocando as universidades, os pesquisadores e os professores para inserir nas disciplinas de graduação a disciplina de educação física para o esporte paralímpico, como também na pós-graduação e até em cursos de especialização. Então, fazemos isso a todo momento como uma atividade extremamente corriqueira.”

(G2) “Novas experiências, assim, que nos desafiam com demandas internas do movimento, que é o caso dos cursos de habilitação técnica, prospectar novos parceiros, e, nesse caso, são especialmente as secretarias municipais de educação, universidades e instituições, ou organizações que oferecem o esporte para as pessoas com deficiência. Outra experiência que a gente tem vivenciado recentemente é a relação com as secretarias de educação.”

(G3) “Então, do CPB, o que eu faço, é o cadastro e a certificação dos cursos de formação. Então, a minha experiência no sentido de formação com o CPB é essa de fazer o registro desses eventos e a emissão de seus certificados.”

Assim, é interessante observar a variedade de ações que os gestores realizam e as capacidades diversas que eles possuem como profissionais, o que corrobora com o estudo de Joaquim *et al* (2011), o qual aponta que as competências básicas, comuns e inerentes aos profissionais de gestão do esporte são, respectivamente, o planejamento, a organização, a execução, o controle, a comunicação e a tomada de decisão. Dessa forma, faz sentido que eles possuam equipes para auxiliá-los, caso contrário, poderia haver um acúmulo de funções que seria prejudicial para o andamento dos projetos e atividades.

Por outro lado, visando a abrangência e execução adequada, fica clara a necessidade de instituições e demais parceiros, assim como foi demonstrado nos regimentos e regulamentos dos órgãos, para colocar esses projetos em prática. Desse modo, a todo momento são citados pelos gestores convênios, associações e parcerias que auxiliam na organização das atividades, o que se relaciona com a política atual promovida pelo CPB de descentralização de suas atividades, como é apontado pelo G2. Porém, podemos refletir que o CPB ainda demanda de apoios externos caso decida tornar seus projetos mais difundidos, não sendo capaz de atuar de maneira individual.

Por isso, essa descentralização e apoio de outras entidades aponta a existência de uma estrutura de gestão em redes dentro das atividades do CPB, que, de acordo com Teixeira e Ouverney (2006), se baseia em um modelo com diversas unidades para tomada de decisão que irão operar de maneira independente, procedimentos e ferramentas para gerir recursos de forma colaborativa, além de meios para determinar metas e objetivos compartilhados. Além disso, Fayard (2000) detecta que a estrutura de redes interorganizacionais amplia a colaboração, ocasionando em diminuição das distâncias espaço-temporais entre seus participantes. Logo, o G2 nos informa que:

(G2) “Nós fechamos uma parceria muito importante, o Comitê Paralímpico com o Instituto Baccarelli, que é uma instituição super conceituada, ganhou uma licitação para administrar os CEUS da

cidade de São Paulo, que são centros de educação unificada. E aí, o CPB, no seu conceito de descentralização das suas atividades, programas e projetos, fechou um convênio. São 12 unidades, então está sendo um desafio bacana em virtude da logística em uma cidade do tamanho de São Paulo.”

4.2.1.2. Processo criativo e desenvolvimento das atividades de formação - APB

Com os resultados das entrevistas, também foi possível entender um pouco mais sobre como essas atividades de formação e capacitação são desenvolvidas, visto que a APB e o programa da EP possuem iniciativas diferentes para atingir o objetivo de qualificação de profissionais. Pelo ponto de vista da APB foi identificado que as atividades se concentram na formação como parte do componente curricular em graduações e especializações, em instituições de ensino superior, criando, em colaboração com elas, matérias em que o/a aluno/a possa se inteirar sobre conteúdos indispensáveis sobre determinada área do esporte paralímpico ou mesmo da atividade física para pessoas com deficiência. Assim, o G1 afirma que:

(G1) “Nós propomos as ações, como por exemplo, inserir a disciplina de educação física nos cursos de graduação, e, conforme cada universidade ou faculdade, ela vai nos mostrar a sua dificuldade, os seus pontos fortes, seus pontos fracos, e, com base nisso e dentro de um conteúdo básico que nós achamos que é fundamental, que o profissional de educação física tenha, a gente sugere a universidade a alocação desse conteúdo programático.”

Apesar disso, é apontado pelo G1 que a APB também age em outras áreas como a criação de patentes para o CPB, intercâmbios com profissionais do exterior, publicações de artigos, livros e folders voltados para a temática do esporte paralímpico, além de um dos pontos mais importantes, pesquisas que possam gerar retribuição positiva aos atletas paralímpicos:

(G1) “[...] uma outra área, o desenvolvimento de pesquisa aplicada que volte exatamente como o retorno para a melhoria do desempenho do atleta.”

Esse tipo de ação promovida pela APB corrobora com o 9º pilar do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006), que diz respeito a pesquisas científicas aplicadas ao esporte, ao mesmo tempo que as ações dentro dos cursos de nível superior ratificam o 7º pilar, de apoio a treinadores. Da mesma forma, é possível perceber o zelo pela gestão adequada de todos esses processos, com divisões por etapas e contato próximo com a instituição que está recebendo aquele serviço de formação no quesito de recursos que serão necessários ou mesmo quais estruturas já são oferecidas pela própria instituição parceira.

(G1) “Nós temos os procedimentos operantes. Então, temos desde o contato com a universidade, no caso da formação de RH, o interesse ou não, a validação do conteúdo e qual a necessidade da universidade. Em cima disso, o que o Comitê Paralímpico estimula que tenha na formação na grade curricular do aluno da graduação, então há sempre etapas que nós vamos ter conforme essas áreas de atuação do comitê.”

Observa-se, também, que segundo o próprio G1, seria interessante para o processo formativo do/da aluno/a que todas as disciplinas apresentadas a ele dentro da graduação tivessem algum tipo de articulação de seus conteúdos visando o trabalho voltado para pessoas com e sem deficiência, e que isso não ficasse restrito apenas as matérias que irão ter como tema central a deficiência.

(G1) “[...] é que o aluno, antes de entrar nas disciplinas de graduação do esporte paralímpico, ele possa ter conhecimento de neuroanatomia, de anatomia, de fisiologia, de biomecânica, de bioquímica e do esporte em si para que ele depois possa conhecer a deficiência, a potencialidade dessa pessoa com deficiência. As limitações que ela tem e o esporte que ela vai estar envolvida para ele poder entender as regras do esporte. Qual a maneira de atuar dentro desse esporte. Como que ele pode ter um melhor desempenho dentro desse esporte.”

Apesar da grande quantidade de iniciativas e um trabalho que se mostra condizente com as boas práticas de gestão, essa modalidade de formação da APB ainda fica sujeita às determinações de órgãos superiores de educação que são responsáveis pelas instituições nas quais essas atividades formativas são oferecidas. Assim, de acordo com a resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Educação Física, é estabelecido que a formação voltada para intervenção profissional frente à pessoa com deficiência deve ser contemplada tanto no bacharelado quanto na licenciatura, bem como também na etapa comum, pelo qual o graduando passa antes de decidir qual grau irá seguir (Ministério da Educação, 2018). No entanto, não fica claro como a instituição de ensino deve prosseguir para que esta formação seja assegurada, dando a entender que a maneira como isto será feito fica a cargo de decisão da própria instituição. Segundo o G1 essa formação pode vir a partir da inserção de matérias obrigatórias ou optativas ao longo do curso.

(G1) “[...] o que nós esperamos é que ela crie uma disciplina, seja ela obrigatória ou optativa, mas, se for optativa, se possível, colocar no currículo para que, no mínimo, durante, a cada ano ela tenha que ser oferecida...”

Utilizando a UFU como exemplo, em seu projeto pedagógico da graduação em Educação Física (2022) são elencadas duas matérias voltadas para Educação Física e deficiência na etapa obrigatória do curso, duas matérias optativas do grau de licenciatura e mais uma optativa no grau do bacharelado, além de projetos de extensão como o Programa de Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer para Pessoas com Deficiência (PAPD), o que corrobora com as estratégias possíveis citadas por G1. Essa grande quantidade de ações formativas relacionadas à Educação Física e deficiência pode estar atrelada ao fato de a UFU já possuir um histórico no atendimento a pessoa com deficiência e no cenário paralímpico, com atividades de extensão para pessoas com deficiência, um movimento que foi iniciado na década de 1980 e permeia na universidade até os dias atuais, além da UFU ser atualmente uma instituição parceira do CPB. Dessa forma, universidades que não possuam uma relação tão próxima ao atendimento a pessoa com deficiência e o esporte paralímpico tão proeminente, ou locais de fácil acesso para essa vertente de trabalho, podem sofrer na qualidade da formação voltada a esse tópico, gerando uma lacuna no desenvolvimento profissional do graduando.

Ademais, o G1 evidencia a falta de corpo docente capacitado que possa ser encarregado de ministrar essas formações durante os períodos letivos das instituições:

(G1) “No caso da formação, o quanto está rígida a estrutura curricular das universidades, o quanto que é difícil ter um tempo específico para que esse conteúdo seja ministrado, principalmente nessa nova reforma curricular que está tendo na educação física. Então, alocar um tempo para que essa disciplina possa ser inserida, para nós, eu acho que hoje é a tarefa mais difícil, e depois o profissional que vai ministrar a disciplina, ou seja, o professor com conhecimento, para que ele possa ministrar essa disciplina e dar um bom retorno aí para os alunos.”

Com isso, é possível notar como políticas públicas também podem acabar tendo interferência no processo de capacitação de profissionais para o esporte paralímpico, sendo uma falha que o CPB de certa forma não consiga resolver com clareza, mas tenha que criar maneiras de lidar com a existência dessa ao mesmo tempo que tenta difundir cada vez mais os seus objetivos próprios.

4.2.1.3. Divulgação e veiculação das atividades – APB

A divulgação dos projetos da APB é feita a partir da demanda de uma das partes envolvidas, o que pode demonstrar que estas ações possuem um caráter mais pontual no quesito de quando irão ocorrer.

(G1) “É uma avenida de mão dupla, mas quando a universidade tem necessidade, ela nos procura, quando nós precisamos, nós procuramos as universidades.

Segundo o próprio G1, essas ações já possuem resultados consideráveis, mas ainda são feitas prospecções futuras, em que é apresentado o que seria um perfil ideal de docente capacitado, pela visão de um gestor da APB:

(G1) “A partir de agora, o que nós estamos querendo é a disciplina de esporte adaptado dentro das universidades, e, se possível, que cada professor, por exemplo, de atletismo, de vôlei, de basquete, de futebol, saiba o esporte paralímpico para que ele dê o esporte olímpico e paralímpico também, e que só modalidades como “goalball” e modalidades que não existam no formato olímpico possam ser dados nessa disciplina.”

Apesar de ser o cenário adequado, isso pode se tornar um desafio quando rotineiramente são feitos cortes em diversos setores das universidades. De acordo com a reportagem⁵ de Durães (2022), no blog UOL, publicada em 09 de junho de 2022, o Ministério da Educação chegou a bloquear cerca de R\$3,6 bilhões que seriam destinados a institutos e universidades federais, sendo disponibilizado posteriormente apenas R\$1,6 bilhão para as instituições, o que gerou grande preocupação em entidades e equipes de diretoria ligadas às instituições de ensino, que relatam sofrer cada vez mais cortes desde 2016. Reduções orçamentárias como essas podem ocasionar em cenários em que os docentes necessitem ministrar ainda mais matérias do que apenas aquelas inicialmente designadas a eles, gerando uma sobrecarga aos mesmos.

4.2.1.4. Aspectos financeiros

Os gastos com essas iniciativas de formação são relatados pelo G1, mas não ficam claros, pressupondo que cada caso seja diferente e possua suas particularidades, nem mesmo é citado quais seriam os valores em média que o CPB destina para esse tipo de ação em específico, no entanto, é bem definido pelo gestor quais são os recursos materiais que cada parte da parceria deve oferecer:

(G1) “O custo vem mais pela universidade, que vai oferecer a disciplina, então, ela terá que alocar um professor, dar condição material para esse professor e didática para que ele possa ministrar a disciplina. O Comitê Paralímpico entra cedendo técnico, o atleta, o material didático, tudo isso nós podemos ceder para que a universidade consiga atingir os seus objetivos.”

⁵ Informações retiradas da reportagem no site: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/06/09/mec-corta-verba-institutos-universidades-federais.htm>

O gestor ainda aponta esse fato como um ponto positivo quando se observa a gestão do CPB e da APB. Apesar de serem demonstradas as dificuldades de inserção das matérias para a formação na área dentro das grades curriculares, a entidade ainda preza pelo apoio ao máximo sobre as instituições colaboradoras, e apresenta ainda, que essa ação formativa não se enquadra apenas na Educação Física, mas em outras áreas também, o que demonstra uma grande gama de interdisciplinaridade de conhecimentos, tornando o apoio aos para-atletas mais rico e completo, contando com profissionais capacitados que poderão ajudá-lo em outros pontos de seu desenvolvimento:

(G1) “Pontos positivos é o quanto o Comitê Paralímpico, junto com a Academia Paralímpica Brasileira, está disponível para poder fazer parcerias. Auxiliar, dar as mãos para as universidades, para as faculdades, para que esse conteúdo possa estar dentro da graduação dos alunos de educação física, fisioterapia, nutrição, medicina, psicologia, enfermagem, ou seja, nós não estamos nos limitando a educação física simplesmente.”

Por isso, é importante citar que o CPB também passou por mudanças em sua gestão interna e na forma como age em seus processos deliberativos. Assim, é deliberada uma menor relevância em fatores políticos, visto que o CPB depende diretamente de recursos monetários vindos de arrecadação de loterias federais, além de ter como um de seus principais patrocinadores o Governo do Estado de São Paulo, dando mais prioridade para quesitos técnicos, como compliance. De acordo com a Candeloro *et al* (2012, p.30), o compliance é constituído por protocolos, medidas e procedimentos éticos e legais, que irão guiar a instituição e seus funcionários. Ainda, de acordo com Lira (2013), ter práticas de compliance significa acatar as normas de órgãos reguladores, propiciando a instituição estar em acordo com a leis e regulamentos externos e internos.

Segundo Dias (2016), o próprio corpo administrativo do CPB expressa, por meio de suas funções, condutas e atitudes, que o CPB está comprometido a possuir práticas e parâmetros que firmam sua responsabilidade sobre suas ações, além de, desde 2016, se comprometerem também em melhorar seus processos internos para que medidas de programas de integridade - *compliance* possam ser assegurados.

Ademais, é declarada, pelo G1, a grande importância nos projetos das outras áreas formativas como a EP, o que imprime um cuidado não só pela parte acadêmica (APB), como também pela prática (EP). Nesse sentido:

(G1) “[...] o Comitê Paralímpico tem feito uma mudança muito grande na gestão que ele determina e que ele assume. Então, hoje, o Comitê Paralímpico está com *compliance*, com uma diretoria executiva diferente, que apoia a parte política e que está ficando um pouco mais de fora de todos os processos. É necessário, mas ela acaba hoje, na visão técnica, ela é mais importante. [...] tanto que nós temos uma outra área, dentro do Comitê Paralímpico, que é a área de educação, que exige que o técnico tenha o curso de técnico, nível 1, 2 e 3. Então, se ele não tiver o curso técnico, ele não vai ser técnico nunca de seleção Brasileira e de atletas de alto rendimento.”

4.2.1.5. Coparticipação da UFU

Em sequência, discutiremos sobre as ações da EP, já que anteriormente nos referimos às atividades realizadas pela APB, trataremos neste item sobre a coparticipação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em ações feitas pela EP. Sendo assim, atrelado a isso, é importante citar que os gestores de ambos os órgãos (APB e EP), relatam a UFU como uma peça-chave para que todos os cursos de capacitação da EP possam ser realizados, sendo ela a encarregada pela emissão de certificados e pelas atividades adjacentes relacionadas a isso, como relata o G3, mostrando que a universidade possui um papel como parceira de maior responsabilidade que as demais no quesito formativo. Nesse contexto, para os entrevistados:

(G1) “Então, hoje, o paralímpico não só apoia, como ele oferece os cursos gratuitamente, que são oferecidos com o certificado pela Universidade Federal de Uberlândia. Ela certifica através da área de extensão todos os cursos oferecidos pelo Comitê Paralímpico e nisso o comitê não tem dúvida de que ele preserva isso com o máximo rigor possível.”

(G2) “[...], mas a gente tem, obviamente, um grande aliado nesse sentido, que é a parceria, a validação da UFU, a Universidade Federal de Uberlândia, e isso já de princípio, traz uma força muito bacana para o projeto e para o programa. [...] Nós que trazemos as informações para a UFU, e isso tem funcionado de maneira excepcional. Quando eu entrei no CPB, o certificado demorava 6 meses. Hoje, 10 dias, 20 dias, entendeu? Então, isso é extraordinário...”

(G3) “A gente tem certificados válidos, confiáveis e robustos. O nome da UFU tem um peso, ainda mais com essa parceria com o CPB, né? O certificado vai ali, a logo da FAEFI, do SIEX, do CPB, da UFU, então é um certificado que tem algum peso, sabe?”

No entanto, segundo o G3, essa parceria foi ainda maior em anos anteriores, inclusive contava com atividades de capacitação que ocorriam presencialmente na própria universidade. Porém, essa relação foi se perdendo à medida que os professores precursores das ações foram saindo da instituição e as atividades foram finalizadas. De toda forma, aos poucos essa relação entre o CPB e a UFU ainda tenta voltar aos parâmetros do que era anteriormente.

(G3) “[...], mas essa é uma relação antiga, dado que alguns professores aqui da UFU, especialmente, professor Alberto e professora Patrícia eram muito influentes dentro do CPB e muito ativos nessa área, né? Então, eles traziam muita coisa para cá. Principalmente a formação de árbitros e treinadores. Assim como o treinamento de algumas equipes eram aqui dentro da UFU, né? Hoje em dia, a gente não tem mais essas equipes e essa, desde a aposentadoria desses professores, essa relação com o CPB tinha ficado bem restrita, né? Assim, até o cadastro dos cursos estava mais ou menos assim. [...] tinha muito preenchimento inadequado ou insuficiente dos relatórios. A gente está melhorando essas questões primeiro e restabelecer essa relação.”

4.1.2.6. Vantagens das atividades formativas para a UFU

Este tópico visa observar as vantagens que as atividades de formação trazem para a UFU, por isso, é interessante citar que elas não se relacionam a um incentivo financeiro vindo diretamente do CPB para a UFU, como apresenta G3, mas pelo fato de se tornaram uma grande quantidade de “práticas de extensão” que são determinantes para o recebimento de recursos monetários, que serão destinados para a Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da universidade.

Dessa forma, de acordo com Resolução SEI nº 06/2018, do Conselho Diretor da UFU, que estabelece o modelo de distribuição de recursos e outros custeios para as unidades da universidade, leva em consideração as atividades de extensão, sejam elas vinculadas ou não a projetos e programas, no momento do cálculo do percentual de recursos que serão repassadas à unidade acadêmica (Universidade Federal de Uberlândia, 2018). Assim, de forma simplificada, quanto mais atividades de extensão (como são denominados por exemplo formações e ações oferecidas pela EP) a unidade acadêmica possuir, mais fundos monetários ela irá receber.

(G3) “Porém, do ponto de vista da faculdade de educação física, isso implica em aumento das verbas para a faculdade de educação física. Porque o volume de atividades do CPB vai envolver a isso quase 200 ações por ano, ações de extensão, e esse volume de ações é responsável por grande parte da verba de extensão destinada à unidade.”

Logo, mesmo a UFU realizando uma função majoritária à certificação das atividades dentro das formações, o G3 demonstra um apreço por uma gestão condizente com a magnitude das capacitações que são realizadas, o que permite observar que dentro de uma mesma atividade de capacitação estão presentes diversas variáveis que devem ser levadas em conta quando se elabora um projeto formativo. É possível pressupor, dessa forma, que a UFU está em um posto com acesso privilegiado aos dados sobre as ocorrências desses cursos e formações, reafirmando mais uma vez a importância que a universidade possui frente a essa função e a necessidade que

o CPB tem de dividir processos fundamentais de gestão, corroborando com seus ideais de descentralização de suas ações. Como é possível visualizar abaixo, o G3 destaca a amplitude daquilo em que se aplica a gestão, demandando uma atenção especial a todos estes processos.

(G3) “Então, quando eu estou falando do CPB, só o curso “Movimento Paralímpico”, se a gente fizer uma conta básica, que são 52 semanas do ano, há em torno de 200 pessoas por semana. A gente está falando de 10000 pessoas somente no curso “Movimento Paralímpico”, por ano. E eles fazem muitos cursos, em torno de 200 cursos por ano, de diversos tipos. Então, quando a gente está falando desse volume muito grande, tem que gerir muito bem as pessoas, porque você está lidando com centenas de professores, milhares de alunos, documentos e informações pessoais de milhares de pessoas, e a gente tem que ter muito cuidado com isso. [...] quem está responsável pelo que? Como garantimos a segurança disso? Como garantimos os recursos financeiros para pagamento dessas pessoas que estão sendo utilizadas? Como decidimos que tipo de curso vai ser ofertado agora? Que está sendo necessário nesse momento. Curso para formação em atletismo ou em bocha? Ou em outra coisa? Os cursos têm que ser feitos no Brasil inteiro.”

4.2.1.7. Processo criativo e desenvolvimento das atividades formativas – EP

Sobre o processo criativo e o desenvolvimento das atividades formativas da Educação Paralímpica, é notável observar que, de fato, existe um montante grande e diverso de cursos a serem oferecidos pelo CPB por meio da EP, em que há inúmeras variáveis que devem ser levadas em consideração no decorrer da prática da gestão, para que tudo ocorra adequadamente. Sobre isso, tendo os cursos oferecidos pela EP como base, é possível entender um pouco mais sobre como funciona a dinâmica formativa do ponto de vista da entidade, bem como as peculiaridades apresentadas dentro de sua gestão. Nesse sentido, nota-se que a EP se aprofunda no oferecimento de cursos e capacitações, atuando com foco em cursos de habilitação técnica, arbitragem, classificação e também naqueles voltados para a educação física escolar, como cita o G2:

(G2) “A gente tem um público muito definido, com demandas internas do movimento, que é o caso dos cursos de habilitação técnica. [...] De outro lado, quando a gente tem, por exemplo, quando a gente fala de educação física, escolar, o desafio é gigantesco, porque nós temos muitos alunos com deficiência fora das aulas de educação física.”

Em sequência, sobre o local de ocorrência desses cursos, é interessante pontuar que, em virtude da concentração de profissionais, o CPB segue práticas similares à oferta e demanda. Sendo assim, de acordo com Pires (1990), é revelado que um dos componentes da demanda se

relaciona ao desejo do indivíduo pelo serviço, em que neste estudo podemos relacionar isso à quantidade de profissionais que procuram pela capacitação em determinadas áreas do país.

Além disso, Pires (1990) também aponta que para que a oferta ocorra, cabe ao ofertante ter a capacidade de conseguir entregar esse serviço. Dessa maneira, é plausível que o CPB, frente ao grande volume de profissionais interessados e a facilidade de utilização de recursos infra estruturais em locais específicos, faça com que suas formações se concentrem apenas em polos paralímpicos, como São Paulo por exemplo. De toda forma, é nítido que isso pode limitar o acesso a esses cursos por profissionais de outras regiões. Ademais, essas lacunas de localização podem ser vistas como pontos negativos referentes até mesmo a funções específicas de pessoas já capacitadas, como relata o G3 sobre os profissionais classificadores:

(G3) “[...] os classificadores envolvem uma logística de tempo e de local muito difícil, porque existem poucos classificadores de algumas áreas, mais de outras. A pessoa fica viajando a todo momento, tem que fazer a compra e o encaixe dessas passagens e desses recursos para cada pessoa, mas levando em consideração o trabalho regular dela, assim como o momento das competições.”

Diante desses problemas, nota-se que, atualmente, as estratégias para execução desses cursos têm sido principalmente as plataformas on-line de videochamada, que, segundo Mussio (2020), possuem diversas vantagens como, variedades de oferta de cursos, atualizações constantes dos conhecimentos discutidos, levar em consideração como ponto central as necessidades dos/das alunos/as e fazer um acompanhamento de seus desempenhos, além de permitir a redução de custos relacionados à administração, logística e possibilitar a flexibilidade de tempo e, principalmente, beneficiar a participação de indivíduos de locais mais afastados.

Com base nesse último quesito, o G2 expressa uma preocupação pelo atendimento desses públicos pelo gestor e parece inferir que já é de conhecimento do mesmo as falhas sobre a disseminação de formações e profissionais em outras regiões do país, como foi apontado pelo G3 anteriormente. Dessa forma, o G2 apresenta dados relacionados a isso e mostra seu descontentamento, e busca, a partir de iniciativas diferentes de disseminação do conteúdo, minimizar esse problema:

(G2) “O Brasil tem quase 6000 municípios, a gente atendia 30 municípios, cada curso com 60, 80 profissionais. Então, isso era um atendimento muito pequeno. [...] Nós sabemos que o Brasil é um país com dimensões continentais, e que todos, logicamente, tenham o mesmo direito de acesso. É então, com base nesses conceitos, nessas percepções, que veio um grande aprendizado com a pandemia, que é a utilização da ferramenta do ensino a distância, ou seja, sabendo do tamanho da demanda etc. [...] então

deu para ter uma ideia de que a estratégia é atualização do conteúdo, o design instrucional, que tudo no campo do ensino a distância é muito recente. Tem o Zoom, a plataforma a qual é o canal que a gente usa, porque no Zoom a gente traz um técnico, um especialista em atletismo paralímpico dos Estados Unidos, podemos trazê-lo pelo Zoom.”

Por fim, o G2 ainda demonstra que esses cursos, especialmente os de habilitação técnica, têm total reverberação positiva para o atleta que irá receber o apoio desse profissional capacitado, uma visão que corrobora novamente com o 7º pilar do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006), voltado para o apoio de técnicos, demonstrando mais uma vez que os ideais do corpo coordenador do CPB se alinham bastante com o que se encontra na literatura científica voltada para práticas benéficas a atletas paralímpicos.

(G2) “Então, nós somos demandados pelos gestores das modalidades, que veem na formação uma perspectiva em relação ao futuro, porque formar novos profissionais para atuarem no alto rendimento é melhorar o nível do atleta, é trazer novas possibilidades.”

Para além disso, é enfatizado também pelo G2 o trabalho realizado com a formação de professores aptos a trabalharem com pessoas com deficiência, sejam no ensino infantil, médio, ou superior, ressaltando como um contratempo, assim como G1, a alta burocracia exigida por órgãos públicos para a liberação para que estas atividades formativas possam ocorrer. Mandarino e Gomes (2020) apontam que o sistema burocrático, ainda hoje seguido pela Administração Pública, pode ser visto como inadequado pela rigidez e excessos de regras e formalidades, o que resulta em altos gastos com profissionais, serviços e outros recursos, tornando os serviços públicos ineficientes e de baixa qualidade.

(G2) “Então, nos diversos municípios é um desafio o convencimento do gestor educacional, dos secretários etc., das áreas técnicas voltadas à formação de professores. Então, esse é um desafio constante. Você tem que lidar com as questões regulamentares, com as questões regimentais e adequações. Então, precisamos adequar os nossos cursos com relação à carga horária etc.”

Explorando um pouco mais sobre o desenvolvimento para a execução destas atividades da EP, o G2 relata uma tendência a estas atividades ocorrerem a partir das demandas vindas dos profissionais. O gestor também apresenta atividades paralelas realizadas pela EP que não possuem tanto enfoque como os cursos, mas que também contribuem para a complementação da formação do profissional.

(G2) “Então, sabemos que há uma grande dificuldade alegada, exposta, trazida pelos profissionais. E é importante trabalharmos nas formações, e fora isso, oferecermos também conteúdos, manuais e cartilhas. Então, tudo o que pudermos trazer não só de cursos, mas também de conteúdos, literatura, enfim, tudo que possamos disponibilizar...”

Além disso, assim como na APB, o gestor da EP observa resultados positivos recentes com as capacitações, além de possuir objetivos para com o futuro das atividades oferecidas pela entidade, sendo feitas projeções de quantidades de profissionais e até mensurados prazos para que estes objetivos sejam alcançados, o que mostra um grande empenho com a missão formativa a qual a EP se propõe, ressaltando também o cuidado do gestor com uma gestão baseada também em cumprimento de metas. Engelman e Oliveira (2012) apontam que a utilização de metas e objetivos faz parte de um novo modelo de gestão pública, que modificam as estruturas hierárquicas e possibilitam maior flexibilidade e autonomia aos gestores e suas equipes, que dessa forma teriam não só uma maior dinâmica de trabalho mais eficaz, mas também teriam grande foco em resultados.

(G2) “Estamos com mais de 50.000 pessoas na plataforma, mas a meta é que precisamos capacitar 100.000 professores até o ano que vem.”

Logo, é interessante apresentar que o G2 cita até mesmo a utilização de incentivos financeiros para que alguns profissionais de programas feitos através de parcerias possam realizar os cursos e se capacitarem, o que aparenta ser mais um investimento, visto que esses profissionais após se capacitarem, poderão dar um retorno atuando em áreas que a EP enxerga como necessárias.

(G2) “[...] então estamos fechando, na verdade, um trabalho com o governo do estado do Mato Grosso, provavelmente, para todos os professores terem que fazer o curso. Isso vinculado ao pagamento do décimo quarto salário.”

Em virtude da execução das ações formativas, é importante citar que o G2 aponta o atendimento ao público como um dos princípios indispensáveis para que as atividades alcancem seu êxito. “Excelência no atendimento é o conjunto de atividades desenvolvidas por uma organização direcionadas a identificar as necessidades dos seus usuários, procurando atender suas expectativas, criando ou elevando o seu nível de satisfação” (Prefeitura de Vitória, 2017, p. 4). Dessa forma, a visão em favor do bom atendimento demonstrada pelo CPB pode se refletir

futuramente de maneira positiva quando os profissionais atendidos exercerem suas funções em meio aos atletas paralímpicos.

(G2) “[...] eu acho que o atendimento, o acolhimento é o diferencial, acho que deveria permear qualquer tipo de atendimento a pessoas. [...] Dentro do fluxo de atendimento, essa qualidade no atendimento é fundamental. Eu diria que isso responde por cerca de 40%. [...] essa etapa do acolher, de assumir, ser verdadeiro, enfim. Porque você ajuda as pessoas a realizarem sonhos. Se você forma bem o profissional, você vai atender a pessoa com deficiência de maneira diferenciada.”

Tratando um pouco justamente sobre onde os profissionais que irão exercer suas funções, o G2 demonstra a variedade de áreas que a EP visa que eles atuem, sendo possível observar a diversidade de possibilidades para ação deste profissional, desde a educação física escolar, treinamento paralímpico de rendimento, até programas sociais:

(G2) “[...] na educação escolar básica. Na educação média, enfim, nos núcleos, extensões das universidades, os alunos com deficiência que estão na universidade. [...] projetos esportivos, junto à Secretaria do Esporte, junto aos clubes, junto às associações de pessoas com deficiência, que exerce o papel de Clubes Paralímpicos. [...] Fora isso, no âmbito da assistência social, nós temos hoje diversos programas que atendem pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, de saúde.”

Por isso, vale ressaltar que o G2 também cita a cidade de Uberlândia como um dos locais onde as oportunidades de atuação em esporte de rendimento mais se encontram, através do Praia Clube, por exemplo, o que demonstra que a cidade se trata de um grande polo do esporte paralímpico, visto que grande parte dos atletas da seleção brasileira de natação e halterofilismo, bem como o corpo de técnicos e treinadores, se concentram no município.

(G2) “Então, por exemplo, vide o Praia. O Praia é o maior clube olímpico que oferece esporte paralímpico. Então, é sensacional o trabalho do Praia, do Guto, do Professor Alberto que está como coordenador.”

Vale salientar que o G2 também observa o acesso de pessoas com deficiência ao esporte paralímpico como uma maneira de gerar renda para o indivíduo, visto que muitos recebem bolsa atleta, patrocínios e dessa forma conseguem criar uma carreira com bons retornos financeiros, demonstrando que esta visão do gestor também corrobora com o 1º pilar do modelo SPLISS que trata sobre o suporte financeiro destinado aos atletas.

(G2) “Porque ele vai contribuir para acesso à renda. Hoje nós temos desde jovens com bolsas de iniciação esportiva, até as bolsas pódios, patrocínios, jovens que ganham desde 300 a 400 reais com 14 anos, isso é muito bacana. Até mesmo atletas do alto rendimento que chegam a ganhar 60.000 por mês.”

Em relação a mais áreas que o gestor espera que os profissionais que foram capacitados pela EP atuem, é apresentada uma perspectiva interessante sobre o professor habilitado atuar até mesmo com crianças que não são deficientes, com o intuito de permear a inclusão e os entendimentos sobre as possibilidades das pessoas com deficiência para aqueles que nunca ouviram falar sobre isso, mostrando a preocupação do gestor para com gerações futuras. Wellichan e Lino (2020) demonstram que é possível promover a convivência entre pessoas com e sem deficiência através de ações, condutas, mudanças educacionais e estruturais que permitem diminuir as barreiras existentes entre essas populações, gerando assim um ambiente inclusivo com melhores relações humanas.

(G2) “Nessas áreas fundamentais, mas também onde está o aluno que não tem deficiência, porque conscientizarmos a criança e o jovem de hoje, nós teremos adultos mais inclusivos de verdade, é essa expectativa. Então, na verdade, o nosso público pode colocar isso em prática em qualquer canto do mundo, em qualquer canto da sociedade.”

4.1.2.8. Divulgação e veiculação dos cursos ofertados pela EP

Observando algumas dificuldades apontadas pelo G2 sobre a divulgação das atividades formativas oferecidas pela EP, é ressaltado o acesso a tecnologias que permitam os profissionais realizarem os cursos. Apesar de uma das grandes estratégias da EP ser a realização de cursos de maneira on-line, é relatado pelo gestor que alguns indivíduos ainda podem ter dificuldades de acesso à internet ou mesmo falta de equipamentos necessários para se conectarem às plataformas on-line adequadamente.

(G2) “[...] na verdade, a grande dificuldade, às vezes, é a informação chegar, ou também a dificuldade de acesso à tecnologia por parte de alguns profissionais. O ensino à distância, as ferramentas, acabam sendo muito recentes.”

Além disso, o gestor frisa também a falta de interesse e a disponibilidade de tempo como agravantes, dando muita ênfase na disponibilidade de tempo. Isso se relaciona aos locais, principalmente aqueles que estão atrelados a rede pública como é citado pelo G2, onde esses profissionais trabalham. Neles, existe dificuldade de liberação de horários por parte dos gestores responsáveis por empregar estes indivíduos para que eles tenham tempo hábil para realizar as

formações, mostrando mais uma vez como a rigidez do sistema burocrático seguido por instituições públicas, com seus pontos negativos já apresentados por Mandarinino e Gomes (2020), pode interferir também como um empecilho na divulgação das formações da EP.

(G2) “E, logicamente, a disponibilidade de tempo para as pessoas e falta de interesse também. Eu acho que isso é importante, pontuarmos, em um grau menor, a falta de política pública, no sentido de disponibilização de tempo, de condições oferecidas por parte dos gestores para que os profissionais de secretarias, de clubes, possam fazer as formações.”

4.1.2.9. Coparticipação com outras instituições

Sobre as parcerias que a EP promove com instituições para realização dos cursos, o G2 cita novamente a UFU como uma referência, visto que ela faz a parte de certificação, como já foi apresentado anteriormente neste trabalho. O G2 também apresenta que existem metas para quando essas parcerias ocorrem, voltadas para a quantidade de alunos/as que cabe a instituição parceira angariar para que realizem as formações propostas. Entretanto, não fica claro como essas metas são elaboradas nem a média de alunos/as a que ela se refere, porém, sendo algo que também é dito pelo G2 como sendo uma coisa habitual de ocorrer.

(G2) “[...] o papel da instituição, temos colocado isso nos nossos acordos, seria uma determinada meta quantitativa de alunos, mas na verdade, a meta pode ser pequena, pode ser grande, é comum nós não sabermos o tamanho do público...”

Outro ponto importante citado pelo gestor foi o de expandir essa realização de cursos em parcerias com universidades para outros cursos além da educação física, como medicina, direito, observando que estas também poderiam ser áreas onde seria necessário um profissional que tenha capacidade de lidar com atletas paralímpicos, aumentando ainda mais a rede de apoio que esse atleta poderia receber durante a sua carreira. Foi demonstrado também a importância que o G2 dispõe sobre as entidades parceiras oferecerem condições e esforços para com a realização do curso “Movimento Paralímpico: Fundamentos básicos do esporte”, observado como o principal curso da EP que dá base para todos ou outros cursos oferecidos.

(G2) “[...] seria de interesse dos alunos da medicina, futuros médicos, conhecerem o movimento? Será que os alunos do direito, que envolve tanta coisa, como o direito previdenciário, querem conhecer esse mundo? Essa dimensão do esporte paralímpico. [...] na verdade, qual é o papel desse parceiro? É vir junto na missão, compreender e automaticamente criar condições para que aquela comunidade participe,

faça as nossas formações, especialmente no caso do curso “Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte.”

Desse modo, é importante destacar que o G2 ainda cita que este curso pode ser realizado até mesmo por pessoas que não são formadas em alguma graduação ou até mesmo que não fazem parte de um curso de nível superior, o que permite inferir a busca da EP pela difusão desses conhecimentos em diversos níveis sociais como ferramenta para aumentar ainda mais a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e conseqüentemente dos atletas paralímpicos.

(G2) “Esse é o curso que está numa linguagem bacana para alunos, inclusive de ensino médio. Ele não tem restrição, para educador físico, aluno de graduação em educação física, não, o objetivo é apresentarmos o movimento paralímpico, tanto nacional como internacionalmente para o maior número possível de pessoas, e que isso possa impactar a inclusão.”

Na entrevista com o G2 ainda foram elencadas outras funções que a instituição parceira precisa executar durante a ocorrência dos cursos, bem como qual tipo de apoio o CPB vai oferecer frente a isso, principalmente relacionado a parte de gestão no quesito de manutenção do processo e qualidades do serviço, que de acordo com cartilha da Procuradoria Geral da União (2012), também é um dos princípios para o bom atendimento do público, visto que, “[...] o padrão de qualidade mantido ao longo do tempo é que leva à conquista da confiabilidade” (Procuradoria Geral da União, 2012). No entanto, é necessário notar que para isso a instituição parceira não irá depender de nenhum tipo de gasto orçamentário ou de qualquer outro tipo, e é possível compreender que o CPB e a EP fornecem as melhores condições que estão ao seu alcance para que seja interessante para instituição participar dessa parceria.

(G2) “Formalmente, não envolve risco, não envolve transferência de recursos, o papel dela é orientar, disponibilizar o curso, estabelecer prazo, pedir e sistematizar essa parceria internamente. E, por outro lado, qual é o papel do CPB? É dar suporte ao aluno, monitorar.”

4.1.2.10. Aspectos financeiros - EP

Sobre os aspectos financeiros para a manutenção da EP, o G2 também demonstra de onde partem os orçamentos destinados às ações da EP, sendo eles de origem pública, advindos leis de incentivo e emendas parlamentares e também de patrocínios, como as loterias Caixa, que é o maior de todos nesse quesito, e de governos de estados que possuem destaque no cenário paralímpico nacional.

(G2) “[...] a origem dos recursos do Comitê Paralímpico é pública, com base na arrecadação das loterias, com base na lei Pelé, que destina um percentual da arrecadação das loterias para o esporte brasileiro. [...] emendas parlamentares, lei de incentivo ao esporte, que é um dinheiro governamental. [...] logicamente, temos algumas ações de patrocínio que o CPB é beneficiário, principalmente de estatais, as loterias Caixa é o nosso maior. E tem alguns estados, como o estado de São Paulo, com o time de São Paulo, o time do Rio.”

Sobre os valores desses orçamentos foi apontado pelo G2 que o CPB investe cerca de R\$1.000.000,00 anualmente para as atividades da EP e gastos adicionais relacionados a elas, demonstrando um grande aporte financeiro para com as formações e a prioridade que o CPB imprime em aplicação desse dinheiro para com a capacitação de profissionais.

(G2) “O CPB tem investido em média por ano perto de R\$1.000.000. [...] isso representa, em média, R\$1.000.000,00 por ano com despesas, com remuneração de professores, com custos com passagens, diárias desses professores, material, recursos tecnológicos, sistema, com plataforma...”

Além disso, é válido ressaltar que o G2 relata que o CPB realiza as atividades formativas da EP até mesmo em outros países, apresentando o alto interesse do comitê em permitir que profissionais de outras partes do mundo se capacitem e assim possibilitem um atendimento adequado a atletas paralímpicos de seus respectivos países.

(G2) “[...] é muito importante nós valorizarmos e enfatizarmos, o atendimento à comunidade internacional, países de língua portuguesa, inclusive da África, e de língua espanhola, de língua inglesa. Então, nós temos um desafio com relação a custos com tradução também.”

Não só isso, mas o G2 também descreve o custo-benefício como algo positivo, corroborando com as ideias de economicidade que é prevista na Constituição Federal (art. 70) e diz respeito ao custo-benefício verificado na atividade pública, sendo preceito para a Administração Pública, algo que o próprio gestor também determina como ponto positivo relacionado à gestão do CPB.

(G2) “Acho que temos feito bastante com o custo-benefício. Acho que é bem compatível. [...] Acho que é positivo também, a relação com os aspectos de economicidade.”

4.1.2.11. Pontos positivos e negativos relacionados a gestão

Observando mais pontos positivos sobre a gestão que é feita durante essas atividades de formação da EP, o G2 assinala a sistematização dos atendimentos como algo assertivo realizado pelo CPB. “Pode-se dizer que para alcançar a qualidade no atendimento é necessário a padronização das ações proporcionando a eficiência dos processos e a eficácia nos resultados” (Prefeitura de Vitória, 2017, p. 7). São destacados ainda os baixos índices de ouvidoria, com alta qualidade em solução de problemas trazidos por instituições ou indivíduos que são beneficiados pelas atividades executadas. Não só isso, mas o enfoque da economicidade também é apresentado pelo G2, como foi hipotetizado anteriormente.

(G2) “Eu diria que temos conseguido sistematizar o atendimento. Acho que o alcance, apesar da distância ainda da meta, ele evoluiu. Pelo pouco tempo, por ser um programa jovem, evoluiu bastante. Acho que ele ganhou credibilidade e mensuramos também a questão de credibilidade por um indicador com relação a ouvidoria, nós temos um índice de ouvidoria muito pequeno. E com o nível de solução, eu diria, de 100%, então acho que isso é muito bacana.”

Como pontos negativos, o gestor salienta a equipe laboral reduzida que a EP possui, o que torna o trabalho mais complicado frente a grande quantidade de demandas, sendo plausível deduzir que o CPB ainda precisa destinar mais recursos humanos para esta área, apoiando a equipe já existente. Também foi citado pelo G2 uma certa dificuldade frente a tecnologias mais atuais, no entanto é demonstrado também pelo mesmo, um empenho em realizar o trabalho exercido da melhor maneira possível com os recursos que eles possuem no momento.

(G2) “O desafio, as dificuldades, os pontos negativos, acho que a equipe é pequena. Então, isso gera, obviamente, uma demanda grande frente a equipe, então acho que esse é um desafio. A questão ainda da tecnologia que nós vamos aprendendo. Acho que temos ainda uma defasagem para darmos conta de tudo que precisamos. [...], mas isso tudo nós encaramos com serenidade. Acho que é bacana termos a maturidade para perceber os pontos fracos para que saibamos, com maturidade, com equilíbrio, como tratá-los.”

Outro ponto passível de melhora que o gestor determina é a concordância de cargas horárias dos cursos com as cargas horárias que são disponíveis para os profissionais os realizarem, principalmente aqueles que prestam serviços em organizações públicas, imprimindo uma tentativa de contornar a alta inflexibilidade que algumas dessas organizações apresentam.

(G2) “Precisamos melhorar, e obviamente, encontrar o formato ideal para essa compatibilização das cargas horárias dos nossos cursos, para compatibilização em relação às exigências regimentais dos parceiros públicos, para que os nossos cursos tenham reconhecimento necessário para que o parceiro não tenha motivo para dizer não pra gente.”

4.1.2.12. Gestão e modelo SPLISS

Sobre a gestão e o modelo SPLISS, são destacados ainda mais posicionamentos relacionados à gestão do CPB em virtude das atividades de capacitação. São elencadas novamente pelo gestor condutas de compliance, mas também de governança, que segundo Ribeiro (2016), se feita de maneira eficiente, potencializa a confiabilidade da entidade, através de altos índices de satisfação, segurança e confiança dos investidores e parceiros. De acordo com Pinto e Oliveira (2004), os parceiros e investidores são agentes cruciais e decisivos nos resultados da instituição, no caso o CPB. Além disso, o G2 também cita a presença de um corpo de diretoria altamente capacitado. Outra vez, é apontado que o CPB ainda depende de políticas públicas para progredir com suas ações, sendo algo que pode vir a se tornar um fator de dificuldade nos processos de formação.

(G2) “Acho que temos conseguido replicar aquilo que conceitualmente o comitê traz, em relação aos conceitos de gestão, governança, compliance. O nosso presidente se especializou como mestre em gestão pública, e a gente, gradativamente, tem conseguido replicar isso na gestão interna dos diferentes programas e projetos, nas diferentes áreas. Só que o grande desafio, é depender de políticas públicas.”

Apesar disso, o G2 ainda observa e estabelece as iniciativas do CPB voltadas para a formação de profissionais como algo de grande sucesso, que possui seus limitantes, mas que propõe melhorias cada vez mais, corroborando com as ideias propostas no modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006) e permitindo inferir que a EP consegue ter uma base sólida que segue com qualidade o 7º pilar do modelo prioritariamente e até mesmo o 2º pilar quando se determina que abordagens integradas das políticas de desenvolvimento também são fatores importantes para a carreira dos atletas, onde o CPB demonstra possuir estratégias adequadas para isso.

(G2) “O CPB instituiu centros de referência, que é um grande projeto de descentralização pelo Brasil afora e que está pautado em 3 pilares. Então, o pilar da iniciação, do alto rendimento e da formação, ou seja, é o CPB se preparando para ampliar seus braços.”

4.2.1. Entrevistas com os beneficiários das atividades formativas

Seguindo o mesmo modelo de análise de Bardin (1977) e Franco (2008), utilizada para as entrevistas dos gestores, foram definidas, *a posteriori*, as unidades de registro que possibilitaram identificar os dados relevantes para a pesquisa dentro das perguntas das entrevistas com os profissionais, sendo elaborado o quadro abaixo:

Figura 6:

Unidades de registro das entrevistas dos beneficiários

TEMAS	OBSERVAÇÕES SOBRE OS AGRUPAMENTOS
Caracterização do indivíduo.	Descrições básicas do beneficiário que está sendo analisado, como idade, gênero, e suas competências, como formações e formações complementares.
Área de atuação na educação física e relação com o esporte paralímpico.	Quais serviços o profissional realiza enquanto profissional de educação física, como ele os desenvolve e se este serviço possui relação com o esporte paralímpico.
Experiências recentes com atividades realizadas pelos órgãos analisados.	Entendimento sobre quais cursos, workshops ou quaisquer outros tipos de formações e capacitações voltadas para o esporte paralímpico, que foram oferecidas pelo CPB ou por seus demais órgãos, o indivíduo veio a realizar.
Execução da atividade.	Este tema procura entender como as atividades que o indivíduo realizou foram desenvolvidas e como o indivíduo define a qualidade do processo de execução delas.
Embasamento científico.	Análises sobre como o indivíduo classifica o embasamento científico dos conteúdos apresentados dentro das atividades.
Expectativas.	Percepções sobre o que o indivíduo esperava aprender com as atividades e se elas foram alcançadas adequadamente.
Principais dificuldades.	Descrição de aspectos durante a execução das atividades que possam ter atrapalhado o indivíduo de alguma forma, como desempenho dos professores, infraestrutura ou equipamentos utilizados.
Pontos positivos e negativos sobre a gestão das atividades	Opiniões apresentadas pelos indivíduos que acreditam ser os principais pontos positivos e negativos sobre as atividades que realizaram através do CPB.
Utilidade da formação ou capacitação.	Compreensão sobre como as experiências adquiridas nas atividades puderam ser aproveitadas pelo indivíduo dentro de sua área de atuação na Educação Física.
Meios de informação.	Por que veículos de informação e divulgação o indivíduo ficou sabendo que as atividades seriam realizadas.
Dificuldades de acesso a informações.	Entendimento sobre quais dificuldades o indivíduo pode ter enfrentado para conseguir descobrir sobre a realização das atividades.

Gastos brutos.	Qual o montante o indivíduo gastou para que ele pudesse realizar a atividade adequadamente.
Custo-benefício.	Observando a relação de gastos e aprendizados adquiridos, entender como o indivíduo percebe se existiu ou não, um gasto financeiro bem aproveitado.
Sugestões.	Após completar as atividades, o que o indivíduo determina que poderiam ser temáticas e ações interessantes e positivas a serem inseridas dentro de futuras atividades de capacitação.
Opiniões adicionais sobre a temática.	Opiniões de caráter mais livre dos indivíduos sobre pontos relacionados à temática da pesquisa que podem não ter sido perguntados durante a entrevista, mas que os indivíduos também consideram relevantes.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Assim, após pautados os temas, foram então observadas semelhanças e divergências entre eles, sendo criado um quadro com eixos que orientaram a análise dos dados brutos, apresentada abaixo:

Figura 7:

Eixos temáticos das entrevistas dos beneficiários

EIXOS	TEMAS INICIAIS
Perfil dos beneficiários.	Caracterização do indivíduo.
	Área de atuação na educação física e relação com o esporte paralímpico.
	Experiências recentes com atividades realizadas pelos órgãos analisados.
Realização das atividades de formação e capacitação.	Execução da atividade.
	Embasamento científico.
	Expectativas.
	Principais dificuldades.
	Pontos positivos e negativos sobre as atividades.
	Utilidade da formação ou capacitação.
Divulgação e veiculação das atividades.	Meios de informação.
	Dificuldades de acesso a informações.
Aspectos financeiros.	Gastos brutos.
	Custo-benefício.

Sugestões.	Sugestões.
Opiniões adicionais sobre a temática.	Opiniões adicionais sobre a temática.

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.2.2.1. Perfil dos beneficiários

Analisando os dados voltados para os beneficiários que participaram dessas atividades de formação, foram coletadas um total de 10 entrevistas com indivíduos que realizaram especificamente aquelas oferecidas pela EP, visto que essas atividades são destinadas ao público de maneira mais direta por meio dos cursos. Assim como a análise dos dados dos gestores, a partir das entrevistas com os profissionais também foi possível traçar um perfil de características relevantes destes indivíduos, sendo então elaborado a seguinte tabela:

Tabela 2

Dados do perfil dos beneficiários

Variáveis		Incidência
Gênero	Masculino	8
	Feminino	2
Idade	Até 29 anos	2
	30 a 39 anos	5
	40 a 49 anos	3
	50 a 59 anos	-
	Acima de 60 anos	-
Formação	Educação Física	9
	Sem formação	1
Formações complementares	Pós-graduação	7
	Mestrado	2
	Sem especialização	1
Área de atuação	Técnico	1
	Auxiliar técnico	3
	Professor de pilates	1
	Personal	4
	Estudante	1
Cursos realizados recentemente	Habilitação técnica	5
	Árbitro	5

Fonte: Elaborada pelo autor

Da mesma maneira como foi notada com os gestores, é possível ressaltar a baixa quantidade de beneficiários mulheres que realizaram os cursos. A faixa etária predominante observada foi de 30 a 39 anos. Outro ponto é a quantidade de profissionais graduados em educação física, sendo 9 ao todo, dando destaque também a 1 indivíduo que não possui formação, o que entra em acordo com o que foi dito pelo G2 sobre a EP possuir uma abrangência em alguns de seus cursos até mesmo por pessoas que não possuem escolaridade de nível superior.

Além disso, destaca-se o alto nível técnico entre os profissionais, visto que dentre os formados, todos possuem no mínimo uma pós-graduação. Observando a área de atuação desses beneficiários, a maioria se tratava de *personal trainers* e também de auxiliares técnicos de equipes de competição. Logo, é importante ressaltar que os cursos realizados pelos beneficiários entrevistados foram de habilitação técnica e arbitragem, destacando a falta de profissionais que realizaram cursos de classificadores.

A partir disso, foi possível perceber nas entrevistas como o esporte paralímpico se relacionaria ou não com as atuações desses profissionais. Por isso, é considerável o fato de que alguns beneficiários já trabalham com esporte paralímpico em suas ocupações, sendo pessoas inseridas no meio há mais tempo, principalmente no halterofilismo paralímpico, como é visível nas seguintes falas:

(B1) “Eu trabalho com o halterofilismo há 20 anos.”

(B2) “Hoje eu estou como auxiliar técnica da equipe de halterofilismo aqui de Uberlândia.”

(B4) “Hoje eu estou trabalhando com para-halterofilismo.”

(B9) “[...] hoje, na minha área de atuação, eu estou como auxiliar técnico da equipe de halterofilismo da cidade de Uberlândia.”

Por outro lado, fica evidente que uma grande parte dos beneficiários não trabalha necessariamente com o esporte paralímpico, mas tem o processo de sua formação complementar voltado para isso, sendo possível inferir que a capacitação no esporte paralímpico para esses profissionais possuiria valor de conhecimento para cumprir objetivos acadêmicos, o que corrobora com a fala de o G1 sobre as instituições terem interesse em formar alunos/as voltados para esse cenário de atuação.

(B3) “[...] eu descobri o esporte paralímpico através do mestrado, e foi a partir de lá que eu comecei a acompanhar o treinamento dos meninos da universidade...”

(B5) “Então, quando eu ingressei no mestrado, o meu orientador tem uma equipe de halterofilismo paralímpico, e através dele eu vim a conhecer que no CPB existia o segmento da educação paralímpica.”

(B6) “Estou fazendo mestrado agora, com o orientador Felipe, que tem o projeto de extensão do Power-lifting paralímpico.”

(B7) “Eu sou profissional de educação física em formação, e essa graduação está diretamente ligada a qualquer tipo de esporte, dentre eles o esporte paralímpico.”

(B8) “No esporte paralímpico eu só me inseri depois que eu entrei na pós-graduação do mestrado.”

(B10) “E o meu mestrado, inclusive, foi sobre o esporte paralímpico, especificamente sobre o halterofilismo paralímpico.”

4.2.2.2. Realização das atividades de formação e capacitação

Analisando um pouco sobre como essas atividades formativas foram desenvolvidas, todos os beneficiários citaram participar de cursos com modelos híbridos, tanto para aqueles de habilitação quanto para os de arbitragem, em que demonstraram que o curso seguiu um planejamento alinhado com as normas do CPB, sem mudanças e respeitando um cronograma rigoroso. Vale notar que durante as execuções dos cursos foram feitas ressalvas positivas principalmente sobre as etapas on-line, se mostrando um modelo abrangente e facilitador de acesso ao conhecimento, corroborando com as premissas teóricas de Mussio (2020):

(B4) “[...] foi desenvolvido todo o conteúdo teórico via internet, pela plataforma Zoom. Eles tinham as datas, os horários das aulas agendadas, e tínhamos a obrigação de acessar e acompanhar. Ao final do módulo teórico tinha prova.”

(B5) “Ele foi todo on-line, um ponto muito positivo, ao meu modo de ver, porque isso possibilita o acesso a muitas pessoas. Se pensarmos, no Brasil inteiro, e colocar um curso presencial, eu acho que é muito limitante.” “Do ponto de vista tecnológico, sem reclamações, o suporte que o próprio site da educação paralímpica nos dá é muito intuitivo, muito fácil, então, sem dificuldades em relação ao acesso às aulas e também a plataforma do curso.”

(B7) “Então, eu só consegui realizar os cursos que eu fiz por ser online, porque antigamente era tudo presencial, e eu não tinha como, caso ainda fosse me locomover até São Paulo, por exemplo, para realizar as duas partes do curso.”

(B8) “O curso foi on-line, porém, o curso que eles oferecem é muito completo. Foi bem-feito, porque mesmo de maneira on-line, temos que cumprir as aulas. [...] Além das aulas com os professores, temos um material que está dentro da plataforma, que temos acesso a todo o conteúdo de leitura da programação.”

Desse modo, é interessante reparar que até mesmo os profissionais que não preferiram o modelo on-line, como no caso do B2, ainda assim reconheceram que esse modelo foi muito útil para permitir o acesso de pessoas que não poderiam realizá-lo caso fosse somente presencial:

(B2) “Acho a qualidade muito boa, porém hoje, tem algumas restrições. Antes esses cursos eram feitos presenciais, e por causa da pandemia, essas coisas todas viraram online, então isso tira, na verdade, a sua vivência no curso que você está fazendo. [...] Quando era presencial, muitos não tinham oportunidade de fazer, porque às vezes era longe e, tendo on-line, gerou essa possibilidade de ter mais gente. Então, na verdade, tem prós e contras das duas formas.”

Para além, foram feitos elogios também em relação ao corpo docente que ministrou os cursos, salientando os professores altamente qualificados, com elevado conhecimento técnico sobre os conteúdos, apresentando uma grande importância despendida pelo CPB sobre aqueles profissionais que irão atender o público das formações.

(B2) “[...] o curso é ministrado por pessoas que têm muito conhecimento da modalidade, que têm conhecimento sobre o assunto.”

(B6) “A discussão foi extremamente proveitosa, baseada na experiência de cada um, o que agregou demais, são pessoas que vivem esse esporte na prática, no dia a dia, nas competições, na preparação...”

(B7) “[...] são cursos com pessoas de muito gabarito, pessoas com um currículo incrível. São técnicos brasileiros, biomecânicos dos melhores que tem no Brasil, então eles sempre procuram pessoas, que são contratadas do comitê, mas que são pessoas com um excelente currículo para nos apresentar todas as informações que são necessárias.”

(B8) “[...] são treinadores, estão dentro da modalidade, com longos anos de experiência...”

(B9) “Foram feitas por pessoas altamente capacitadas.”

(B10) “São professores, doutores ou então alguém muito especialista da área, que entrega o conteúdo.”

Além disso, foi destacado pelos profissionais que realizaram cursos de habilitação técnica o alto padrão de embasamento científico, com materiais teóricos e estudos de muita qualidade e atualizados, mostrando uma preocupação da EP em preencher lacunas de divergências que podem surgir quando se relacionam a teoria com a prática, corroborando com a ideia de Elliott (1993), de que a teoria não deve se distanciar da prática. Ou seja:

A teoria é vista como reveladora de várias alternativas e, pela análise e diálogo com a situação, contribui para fazer avançar o conhecimento sobre a validade de cada uma delas, e assim são geradas relações de

interrogações mútuas entre a teoria e a prática, em decorrência do que ambas se transformam. (Betti, 2005).

Dito isso, é observado que esse tipo de ação ocorre com excelência dentro dos cursos de formação da EP, por meio dos próprios professores que demonstraram isso através de suas vivências aliadas a pesquisas científicas, como cita o B9:

(B9) “Às vezes vemos muita coisa em livro, que os próprios professores passam. Quando vamos testar na prática, não dá muito certo. É outra realidade. [...] um dos professores que ministra o curso, por exemplo, de halterofilismo, é técnico da seleção brasileira, então é uma pessoa que acompanha e vivencia muita coisa diferente. Ele passa toda a experiência dele dentro dos cursos, não fica preso a questão didática, vamos supor assim, do livro, do que diz a ciência, mas aquilo que ele comprovou também trabalhando no seu local de trabalho.”

Sobre o fundamento teórico foi feita apenas uma observação pelo B4 sobre a repetição de certos conteúdos, o que acabava reduzindo uma parte do tempo do curso que poderia ser utilizada de outra forma, tratando outros assuntos igualmente importantes:

(B4) “Vamos supor que o professor fez a introdução sobre parte histórica da modalidade. Ele é responsável por fazer, às vezes, a explanação sobre o histórico, as regras e talvez um terceiro tópico, e então entrava no segundo módulo, que seria o professor que vai falar mesmo da periodização de treinamento, dos sistemas de treinamento. Às vezes perdíamos um tempo precioso com esse mesmo professor, fazendo toda introdução histórica novamente.”

Por outro lado, foi evidenciado que os cursos de árbitro não possuem a mesma importância sobre o embasamento científico dentro da formação como os outros cursos, o que é justificado por não existir a necessidade disso, visto que é priorizado o entendimento sobre regras, como relatam alguns dos beneficiários:

(B5) “Bom, por ser uma área específica, ou seja, a arbitragem, um único ponto que eu ouvi sobre a questão científica foi na reformulação das regras que a federação Internacional da WPPPO, que o professor utilizou.”

(B7) “[...] o curso de árbitro que eu realizei teve uma parte que tocava na questão de treinamento, mas não era o foco do curso, porque o foco do curso de arbitragem é outro, é uma questão mais visual, que você tem que ter, você não precisa ter um embasamento científico, ou seja, você não precisa conhecer cientificamente o que está acontecendo ali para você arbitrar.”

(B10) “Como o curso era de arbitragem, acho que às vezes não fica tão escancarado o conteúdo científico. [...] Pelo meu ponto de vista, não tem tanta necessidade da parte científica, porque estamos falando, basicamente, sobre regras.”

Em relação às expectativas com as capacitações, vários beneficiários demonstraram estar realizando as atividades com o intuito de elevarem o seu nível profissional, possibilitando um melhor desempenho de suas funções, principalmente voltadas para os atletas paralímpicos. Assim, é plausível inferir que isso consolida as intenções do CPB de que essas formações sejam úteis para os paratletas, tornando o corpo de profissionais que estão ao seu redor, mais apto e capaz de trabalhar com eles. Isso corrobora novamente com o 7º pilar do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006) e com as necessidades dos paratletas de um corpo técnico capacitado, evidenciado por Patatas *et al* (2020).

(B1) “[...] buscar sempre estar qualificando de alguma forma para manter o senso crítico, porque, quanto mais experiência nós temos, parece que estamos mais perto da realidade.”

(B4) “A princípio, eu fiz o curso de arbitragem única e exclusivamente com o intuito de aprendizagem, de estar por dentro da modalidade que eu já estava trabalhando, que é o para-halterofilismo.”

(B7) “[...] A minha expectativa era começar a estar mais inserido nesse meio paralímpico, sendo convocado, por exemplo, nas competições, e ter ali um contato mais direto com as pessoas...”

(B10) “Acho que a expectativa é sempre de conseguir desenvolver, de uma forma competente, o que eles estão propondo ali, no caso, ser um árbitro...”

Vale apontar que outra expectativa citada também era sobre o quesito de estudos, sendo a capacitação uma maneira viável de adquirir conhecimento para execução de pesquisas acadêmicas, como evidenciou o B6;

(B6) “[...] especialmente eu e outros orientandos do doutor Felipe, participamos do curso justamente para tirar todas as dúvidas relacionadas a como a competição de Power lifting paralímpico acontece, no sentido das regras, no sentido da execução, no sentido de como todo aquele ritual do momento da competição esportiva acontece.”

4.2.2.3. Divulgação e veiculação das atividades

Considerando os métodos de divulgação dessas formações, muitos dos entrevistados citaram que descobriram sobre os cursos através de outras pessoas que já estavam inseridas no meio esportivo ao qual os cursos se relacionavam, ou até mesmo porque os próprios beneficiários já estavam trabalhando com o esporte paralímpico de alguma forma, ou seja, era

necessário estar conectado previamente de alguma forma com o cenário paralímpico para se ter conhecimento sobre eles. Além disso, foi observado que as divulgações, segundo os relatos, sempre direcionam o indivíduo para o site do CPB, demonstrando uma centralização das informações em um só lugar.

(B2) “Na verdade, eu não tive muita dificuldade, porque eu já trabalhava com o Comitê Paralímpico antes, como voluntária, então eu sempre tive bastante acesso às informações. Sabia que existia a plataforma da Educação Paralímpica e tenho muitos amigos também que trabalham e trabalhavam para o Comitê, então para mim, particularmente, eu nunca tive muita dificuldade em acessar...”

(B3) “Eu fiquei sabendo através do grupo do meu orientador. E tem o link do CPB, para você fazer a inscrição, sem problemas. É preciso estar engajado para que você saiba que vai acontecer. É o famoso ir atrás.”

(B7) “Eu tenho, há muitos anos, um vínculo com esse pessoal do esporte paralímpico, até por um parentesco que tenho com um dos treinadores. Então, acaba que esse meu vínculo fez com que eu sempre estivesse por dentro dessa área.”

Não só isso, mas alguns beneficiários também opinaram negativamente sobre essa limitação em relação a divulgação da EP e dos cursos que ela oferece, permitindo inferir que o CPB necessita de uma melhor formulação e fomento para com a disseminação de suas atividades formativas frente a essa dificuldade de alcance de novos profissionais que por vezes nem conhecem do que se trata ou como funciona o esporte paralímpico. Portanto, Barros *et al* (2019), em estudo de caso, demonstra que plataformas institucionais próprias podem não promover a divulgação que se espera de alguma atividade ou ação de determinada entidade, e que, para esse fim, as redes sociais institucionais e não institucionais, como *Instagram*, *Facebook* ou *Whatsapp*, e até mesmo perfis de parceiros (algo que a EP tem grande acesso) se demonstram estratégias mais efetivas para o intuito de promoção das iniciativas.

(B4) “É uma divulgação que fica mais restrita entre quem já está dentro da área...”

(B5) “Eu vejo assim, do ponto de vista de divulgação, vejo ainda muito restrita apenas para as pessoas que estão no próprio segmento. [...] Não vou generalizar, mas a grande maioria das pessoas que fazem qualquer tipo de curso, ou de técnicos para a modalidade ou de árbitros, são pessoas envolvidas com as modalidades, ou seja, não são pessoas que viram algum anúncio, alguma propaganda, e se interessaram e foram buscar. Então são pessoas que já são do próprio meio. [...] Eu vejo que, do ponto de vista da ampla divulgação, eu acho que ainda é precária, apenas as pessoas que são do meio, que obviamente sabem e que ainda indicam.”

(B7) “Eu não sabia da existência da educação paralímpica, que é onde havia os cursos. Eu não sei quando ela foi fundada, mas ela não era muito disseminada.”

(B9) “[...], mas eu vou te falar aqui, não é muito bem divulgado para demais profissionais. Acho que poderia ter sido mais bem divulgado, para chamar um pouco mais de atenção para o esporte paralímpico.”

(B10) “Eu acho que não é tão bem divulgado nesse sentido.”

Em sequência, alguns beneficiários elencaram também outras dificuldades encontradas ao longo do processo formativo dos cursos, como por exemplo, a instabilidade da plataforma on-line utilizada, porém, sendo algo visto por grande parte dos beneficiários que relataram esse problema como uma coisa simples e que não atrapalhou propriamente o andamento das atividades, mas que de toda forma deve ser levada em consideração objetivando melhorias futuras por parte da EP nesse ponto:

(B2) “[...] a única dificuldade que eu tive algumas vezes foi questão de internet, de rede, mas isso é algo pessoal. Fora isso eu não tive problema nenhum.”

(B4) “[...] uma queixa seria essa plataforma que estamos usando, porque tivemos vários problemas. Eu, particularmente, tive de conexão, a aula estava marcada, por exemplo, para as oito horas, e então demorava ou caía do lado do professor que estava ministrando a aula. Então, a queixa seria a plataforma, no que tange a estrutura.”

(B6) “A dificuldade é aquela encontrada no ambiente virtual, que em alguns momentos, alguns instantes rápidos, travavam, algo que é bem comum.”

(B9) “Foi na questão de ingressar no curso, as formas e as plataformas utilizadas. Parecia que não dava muito certo, às vezes ficava fora do ar.”

Outros profissionais citaram também a quantidade de conteúdo ministrado em um intervalo curto de tempo, o que poderia vir a ser um fator que atrapalhasse o desenvolvimento e o desempenho do aluno. Dessa forma, podemos compreender que, “A avalanche informacional dificulta, por exemplo, a aprendizagem do aluno, pois o acesso a muitos conteúdos associados à falta de tempo para processá-los ou para digeri-los pode deixar o discente na superficialidade do saber” (Cruz, 2008).

(B3) “[...] foi intenso, era muita informação para pouco tempo de curso.”

(B10) “[...] acho que as dificuldades seriam pela quantidade de horas. Foi bem, relativamente, extensa a parte teórica. Eu acho que é da forma que tem que ser, o difícil era ajustar o seu dia a dia para isso.”

4.2.2.4. Aspectos financeiros

Algo de imensa importância a ser observado é o quesito dos custos despendidos pelos beneficiários para que pudessem realizar os cursos, em que todos relataram que os mesmos eram inteiramente gratuitos, o que demonstra uma estratégia extremamente positiva vinda do CPB em virtude da facilitação financeira para que esses profissionais possam se capacitar, e coerente com políticas fundamentais da administração pública relacionada à universalidade de acesso a serviços gratuitos pela população (Hachem, 2014), o que pode ser visto até como algo motivador para que os indivíduos interessados em se capacitar se inscrevam e participem das atividades:

(B1) “[...] todos os cursos do comitê são gratuitos, não tem custo nenhum.”

(B3) “Eu não me lembro de ter pagado nada, nem pelas pela instituição ao qual ofereceu curso, nem pelo próprio CPB...”

(B4) “Basicamente, eu não tive gastado nenhum. Isso eu tenho até que exaltar. Foi 100% gratuito.”

(B8) “Custo zero, a única coisa que temos que ter é um bom acesso à internet para fazer o curso...”

(B10) “Novamente, o custo foi de participar apenas de uma competição, como sombra.”

No entanto, foi evidenciado nas entrevistas que, apesar dos cursos serem gratuitos em sua essência, para realizar a parte prática dos cursos híbridos, alguns beneficiários tiveram que arcar com despesas de locomoção, estadia e alimentação, visto que essa parte prática se localizava em centros do comitê paralímpico, geralmente em São Paulo, ou em locais onde fossem realizadas competições paralímpicas. No caso do curso de árbitros, que também ocorre em poucos lugares e obrigou alguns dos beneficiários a terem gastos financeiros caso quisessem completar a formação em sua totalidade, e, caso isso não fosse possível no momento, a até mesmo abandonar o curso no meio de seu processo, como cita B3.

Logo, é preciso notar que, pensando nos conceitos de que o serviço público do CPB deveria ser acessível para todos, a responsabilidade de acesso à parte presencial do curso não deveria ser individual, mas sim da instituição que está ofertando o mesmo. Isso corrobora com a dificuldade de abrangência do CPB e suas formações em outros estados brasileiros, como citam G1 e G2, sendo um problema recorrente e que já se buscam alternativas para sanar o mesmo, como já foi citado anteriormente nos ideais e estratégias de descentralização do comitê, no qual as parcerias com demais entidades poderiam ser bem aproveitadas nessa questão, visto que, de acordo com Osterwalder (2010), elas podem ser uma área estratégica

importante para auxiliar através de serviços ou recursos que sejam vantajosos para as atividades principais desenvolvidas pela organização, em que, dessa forma, poderiam ser sanadas dificuldades de acesso dos/das alunos/as a formação.

(B1) “Quando tem custo, é quando o profissional tem que se deslocar, vamos supor, vai ter um curso em São Paulo e tem que se deslocar para o local pra fazer o curso.”

(B3) “[...] eu fiz o nível um e não dei andamento, por conta de logística, de ter que me locomover para fazer o nível dois e o nível 3 em São Paulo.”

(B5) “[...] para fazer a parte de prática. Tive que gastar com passagem e hospedagem, então ficou, em média, R\$1800,00. No meu caso específico eu tive que comprar passagens aéreas e hospedagem, alimentação, então foi na faixa de R\$1800,00.”

(B7) “[...] para eu finalizar o meu curso de árbitro, eu tive, que ir até uma competição, então eu tive que viajar, no meu caso, até Belo Horizonte. Eu consegui de uma forma mais barata o transporte, porque eu fui com outras pessoas, então eu devo ter gastado, para finalizar o meu curso de arbitragem, cerca 400 reais.”

(B10) “[...] o único custo que teve foi depois, para a parte prática, onde a deveríamos participar de uma competição em São Paulo ou em qualquer outra etapa, como sombra, então deveríamos custear tudo, nossa passagem, estadia.”

Apesar disso, a maior parte dos beneficiários enxergaram um bom custo-benefício com as formações, exaltando a alta qualidade dos cursos como ponto principal para isso. Também foi citada a possibilidade de utilizar a formação como uma alternativa para gerar renda extra para o profissional, exercendo as funções aprendidas, sendo também algo proveitoso para quem tem interesse em trabalhar na área do esporte paralímpico:

(B2) “[...] acho que você estando num curso que já não tem custo, se você realmente quer atuar, aquilo não tem problema. Você ter um gasto que é com você mesmo, na verdade, esse gasto é para investir na sua carreira.”

(B6) “[...] o custo-benefício acaba se tornando bastante alto, porque você tendo muito proveito em relação a aquilo que foi passado. [...] Custo financeiro zero, custo-benefício alto, na minha percepção.”

(B7) “E com relação ao custo-benefício, de ter gastado somente 400 reais para finalizar esse curso, o custo-benefício é muito bom, porque quando você termina, quando você vira árbitro, você ganhou uma forma, uma ocupação, um emprego. Quando você é convocado você recebe por isso, então você além de ganhar toda a viagem, hospedagem, alimentação, você ainda recebe por isso, então, a longo prazo, é um investimento com custo-benefício muito bom...”

(B9) “Questão de custo-benefício, total, 100%, compensa demais. Tanto é que tirei um pouco do bolso para poder estar em São Paulo, para fazer a parte prática da natação e compensa muito formos pagar um curso desse, é caríssimo, eu acho que todo mundo, todo profissional de educação física que

sonha em trabalhar com o esporte paralímpico, acho que precisa conhecer a plataforma, ingressar e fazer as atividades através dela, é uma capacitação incrível, o custo-benefício ótimo.”

(B10) “[...] é um ótimo custo-benefício, você tem esse primeiro custo de uma competição, mas depois, quando você é chamado, você já consegue sanar esse custo rapidamente. Acho que em uma ou duas competições já paga o custo. [...] Como eu falei, você não vai sobreviver daquilo, mas eles pagam um valor.”

No entanto, também houve opiniões contrárias, como apresenta B5, mostrando que mesmo existindo esse pagamento para a participação em competições, como é o caso para aqueles que fizeram o curso de árbitros, não é algo que seja suficiente para a subsistência do indivíduo.

(B5) “Do ponto de vista financeiro, ele não é rentável. Então, hoje a gente recebe por competição, uma diária no valor de 200 reais, e desses 200, o valor bruto é retirado. Agora me foge a memória, mas, se não me engano, parece que 15% ou 12% de imposto de renda, que o próprio CPB já faz essa prestação de contas para nós. Então a pessoa que vai fazer o curso de árbitro pensando que vai ganhar muito dinheiro, não vai. [...] Então, do ponto de vista financeiro, não é rentável. Se pensarmos que é possível ter uma fonte de renda para se sustentar, com esses cursos, com essas formações, na verdade, não é.”

Entretanto, nota-se que o CPB deixa isso bem claro durante as formações, mostrando aos profissionais a realidade das funções em que eles poderão atuar, como citado por B10:

(B10) “Eu acho que eles deixaram bem explícito de que não é algo, por exemplo, a arbitragem do esporte paralímpico, do halterofilismo, não é algo que você vai viver disso, até porque você é remunerado durante as competições, e não existe competição toda a semana. [...] Como eu falei, não é algo que você vai sobreviver daquilo, mas eles pagam um valor.”

4.2.2.5. Utilidade da formação ou capacitação

Quando observadas as formas como cada profissional utilizou as informações adquiridas nos cursos após realizá-los, dentro de suas áreas de trabalho, alguns dos beneficiários demonstraram uma aplicação direta dos conhecimentos específicos por justamente já estarem trabalhando com paratletas, o que infere um retorno imediato do investimento do CPB e da EP, em relação às capacitações, para com os atletas paralímpicos, que irão receber um serviço ainda mais especializado desses profissionais que os atendem, sendo constatadas assim, uma prática que contempla o 7º pilar do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006) e corrobora com Patatas *et al* (2020) que demonstra que os próprios paratletas enxergam os treinadores com conhecimento específico sobre deficiência como um ponto chave e uma influência positiva para

resultados durante toda a duração de sua carreira, desde a inserção no esporte até o nível de alto rendimento. Não só isso, mas também os paratletas do estudo de Patatas *et al* (2020) ainda sugeriram que investimentos em programas de formação (como o oferecido pela EP) têm caráter essencial para que o profissional consiga lidar com quaisquer atletas com diferentes deficiências que chegam até ele.

(B2) “Na verdade, eu aproveito tudo, porque como eu atuo especificamente naquilo que eu fiz o curso, então tudo é aproveitado.”

(B4) “Basicamente no meu dia a dia. Então, hoje estou no halterofilismo, o curso de arbitragem acrescentou demais, porque sem você saber como a modalidade funciona, sem você ter o mínimo possível de conhecimento, não tem como você trabalhar, porque é uma modalidade que você trabalha com categorias por peso, tem todo um regulamento, que eu comecei, apesar de estar lá no dia a dia trabalhando, que comecei a ter uma maior clareza via curso...”

(B9) “[...] na minha área, total, porque o curso de capacitação teve muita coisa. Quando você junta vários profissionais de educação física que já estão trabalhando na área que você está atuando, a troca de experiência entre eles é grande, é um grande conhecimento para todo mundo. [...] Então, há essa troca de experiência. Eles falam o que que eles fazem nos outros lugares, o que que dá certo, o que dá errado e o que nós também testamos. Então essa troca de conhecimento é incrível.”

Alguns beneficiários também citaram utilizar as informações adquiridas nos cursos para finalidades acadêmicas, sendo úteis em trabalhos científicos que até mesmo tem como foco as pessoas com deficiência, o que poderia sugerir que a capacitação pôde auxiliar de certa maneira no cumprimento do 9º pilar do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006), em relação a elaboração de pesquisas científicas voltada para os paratletas.

(B5) “Como eu fiz um mestrado com pessoas com deficiência, foi a primeira vez que eu trabalhei com esse público, então eu aprendi de fato muita coisa. Eles me ensinaram muito. Na verdade, eu aprendi mais com eles do que eles comigo. Então eu, dentro da educação física, hoje eu me vejo com uma pessoa mais capacitada para lidar com qualquer tipo de situação a partir do momento que eu fui trabalhar com eles, desde a autoestima, até capacidade técnica.”

(B8) “Bom, na minha área de trabalho não, mas como eu estou semanalmente acompanhando pessoalmente o treinamento dos atletas do Power-lifting, o curso foi proveitoso para mim porque eu uni o conhecimento que eu adquiri no curso, conhecimento sobre regras, sobre histórico. Isso vai ser útil para a minha pesquisa do mestrado.”

(B10) “Eu posso dizer apenas na parte quando eu desenvolvi o mestrado. Então, por exemplo, no meu trabalho, os atletas eles deveriam utilizar técnicas de competição, eles deveriam desenvolver o movimento como na competição, então os conhecimentos que eu adquiri no curso foi exatamente sobre isso, sobre como uma execução é válida ou não no levantamento de peso. Durante as minhas coletas de

dados eu conseguia ver o movimento e falar se esse movimento foi válido ou não. Então, ele poderia ser incorporado na pesquisa ou não, ou então o atleta tinha que repetir. Nesse sentido, durante o meu trabalho de pesquisa, o curso de formação de árbitros me proporcionou isso.”

Para outros profissionais, os cursos de capacitação também puderam ser ferramentas úteis para o esporte convencional e educacional, sendo preciso destacar também que as capacitações foram uma porta de entrada para o esporte paralímpico e serviram como propósitos de inclusão:

(B3) “A trabalhar com paradesporto. Para ter um olhar diferenciado para esse público, que achamos que eles não têm capacidade ou tem dificuldade, e as dificuldades, vamos dizer, são reais para qualquer pessoa que é atleta.”

(B6) “Para mim, eu aproveitei nos dois campos que eu atuo, na educação básica, que eu utilizei a temática do projeto de extensão da Universidade Federal de Sergipe para criação de algumas aulas temáticas do esporte, enquanto instrumento de inclusão. [...] na prática, me ajudou bastante a aplicar na preparação dos atletas do projeto de extensão do grupo que faço parte aqui na federal de Sergipe, e muitas das coisas se aplicam no meu treino pessoal, como melhoramento da força, visto como são utilizadas as estratégias dos atletas paralímpicos, assim como em alguns alunos que tenho de consultoria que foi possível implementar algumas das técnicas para melhorar a força, prevenir ali lesões etc.”

4.2.2.6. Sugestões

É preciso observar as sugestões que alguns dos beneficiários entrevistados fizeram sobre as formações, como uma maneira de feedback, que podem ser úteis para melhorar e evoluir o processo de capacitação que a EP oferece e também orientar a entidade em correções de problemas rotineiros que podem surgir durante a realização das atividades. Primeiramente, é importante salientar aquilo que foi manifestado pelos beneficiários, questões de divulgação elencadas por B2 e B7, visando que o CPB promova isso de uma maneira mais ampla para que mais pessoas possam conhecer não só as formações, e conseqüentemente gerar possíveis novos profissionais, mas também que sirva para pessoas leigas que nunca ouviram falar sobre o esporte paralímpico.

(B2) “[...] quanto mais divulgação, mais pessoas ficam sabendo, mais pessoas ficam orientadas, têm informação, independente de virar atleta ou não, mas para saber que a deficiência não é uma limitação tão grande assim. Então eu acho que ações desse tipo seriam muito importantes.”

(B7) “[...] como falei, o esporte paralímpico ele é conhecido, só que não é muito disseminado, então é difícil. As pessoas sabem que existe, sabem que aqui na cidade existe o pessoal que treina, só que

não fazem muita questão, então quanto mais pessoas estiverem interessadas em saber, passar a informação adiante, melhor vai ser para nós.”

Além disso, um ponto principal sugerido é relacionado a tentar diferentes maneiras de executar as partes presenciais dos cursos que as possuem em seu cronograma, visando democratizar o acesso de profissionais que às vezes não têm condições de se deslocarem para longe unicamente para participar destas formações, como é exemplificado por B5.

(B5) “[...] então que pensasse mais ou menos nessa metodologia de parte prática. [...] e se tiver necessidade de parte prática, que possibilitasse, também, esse mais fácil acesso à parte prática.”

Outro ponto importante acrescentado por alguns beneficiários foi sobre a promoção de cursos com especialização em deficiências específicas, como por exemplo aquelas que possuem variações distintas e que na prática fazem-se necessários conhecimentos diferentes para que seja possível atender o atleta adequadamente e também cursos que permitam ao profissional saber direcionar e detectar no paratleta, habilidades que podem ser melhores para determinado paradesporto. Também foi citado por B3 a ideia de cursos mais voltados para o atendimento do público com Transtorno do Espectro Autista (TEA), algo que vem sendo discutido cada vez mais nos tempos atuais e dentro do esporte paralímpico gera algumas discussões.

Até a presente data desta pesquisa, o TEA não possui uma classe específica dentro do cenário paralímpico, pois, por se tratar de um espectro que pode possuir diferentes níveis, não se enquadra em algumas diretrizes, em que o atleta deveria possuir uma outra deficiência, junto ao TEA, para poder se tornar elegível. No entanto, isso se mostra um tema pertinente, já que a reportagem do blog Mundo Autista de 2023, apresenta um levantamento de 2023 do CDC (Centro de Controle de Prevenção e Doenças), que é referência mundial relacionado ao predomínio do autismo, demonstrando que 1 a cada 36 crianças até 8 anos nos Estados Unidos são autistas, e, fazendo uma proporção deste estudo para o Brasil, seriam contabilizados 5,95 milhões de autistas no território nacional, fazendo assim, com que estratégias do CPB dentro de formações voltadas para esse público possuam um caráter positivo caso fossem implementadas.

(B4) “Você pega uma deficiência, o nanismo por exemplo, tem diversas variações. Você pega uma pessoa que é um paralisado cerebral, tem diversas diferenças de paralisia cerebral, então o curso que eu poderia sugerir é mais ou menos essa vivência com o deficiente. [...] E além disso, alguma coisa para

a pessoa ter a noção, poder encaminhar, que seja criança ou jovem. [...] às vezes chega uma pessoa que pode ser boa e natação e desperdiçamos o tempo dela trabalhando no atletismo, halterofilismo...”

(B3) “Eu queria ver uma temática mais voltada para o autismo, por que eu particularmente tenho dificuldade, apesar de já ter ministrado algumas aulas para uma pessoa com autismo, eu tenho ainda dificuldade nesse campo.”

Em relação a cursos específicos sugeridos, também foi feita uma ressalva por B10 sobre cursos de atualização para árbitros, que já ocorre dentro da EP, mas como sendo algo obrigatório, visto que é uma função de extrema importância para as competições e que em virtude das constantes mudanças de regras, está sempre passando por reformulações.

(B10) “Seria a promoção anual de um curso de atualização, um curso obrigatório para os árbitros de atualização. [...] O árbitro fica 3, 4 meses parado, 6 meses às vezes e depois volta. Faz uma competição no ano, então esse árbitro começa a ficar para trás, e desatualizado, e isso influencia no dia da competição.”

Por fim, são feitas recomendações em razão do CPB atuar mais como mediador de discussões em diferentes esferas do esporte paralímpico, seja com treinadores ou árbitros, propiciando um fomento maior ao esporte paralímpico através disso e refinando, de maneira sempre atualizada, aquilo que é apresentado nos cursos. Além disso, é observada a necessidade da disseminação e criação de mais equipes em outros locais do Brasil, algo que teoricamente seria de grande benefício para as capacitações visto que com mais lugares oferecendo esporte paralímpico, maiores seriam as oportunidades dos cursistas acompanharem treinamentos de rendimento, possibilitando a conclusão de suas formações, até mesmo podendo, subsequente a isso, ter conhecimento suficiente para iniciar uma equipe paralímpica, criando assim um ciclo de difusão do esporte paralímpico.

(B9) “Eu acredito que poderia sugerir mais conversas, mais reuniões entre as pessoas que estão formadas, não simplesmente formar e pronto, mas às vezes o próprio CPB dar um suporte maior para a pessoa que queira começar o esporte na sua cidade. [...] um apoio maior do CPB até nessa questão de formação de novas equipes, porque tem poucas. Hoje, dependendo da categoria, às vezes tem que unificar porque não tem muitos atletas. Às vezes, acredito que, se tivesse um incentivo maior de montagem de equipes, poderia abrigar mais ainda o esporte.”

(B10) “[...] talvez uma movimentação maior do CPB no sentido de movimentar o grupo dos árbitros, para gerar conversas que remetem à questão da arbitragem, das regras, discutir regras, porque isso é muito importante.”

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivos centrais identificar e analisar os processos de gestão desenvolvidos pelo CPB em relação à formação de profissionais capacitados a atuar no esporte paralímpico, além de analisar as ações da APB e da EP como cooperadora de tais processos, investigando a efetividade destas formações pelo olhar de gestores destes órgãos e beneficiários das ações formativas. De acordo com a análise dos dados coletados foi observado que o CPB desenvolve ações de formação profissional de duas maneiras diferentes, sendo elas o estímulo a implementação de componentes curriculares voltados ao esporte paralímpico nas graduações de instituições de ensino superior, com foco também ao incentivo e divulgação de produção científica, por meio da APB, e também o oferecimento de cursos de habilitação técnica, arbitragem e de classificação, todos voltados para o esporte paralímpico, mediante ao programa da EP.

A partir da análise documental foi entendido que a APB e o programa da EP possuem uma estrutura administrativa bem-organizada e que tem bem elaborados os planos de desenvolvimento das atividades de capacitação. De acordo com as entrevistas com os gestores, nota-se que se trata de indivíduos com alto grau técnico e aptos a realizarem suas funções, que em virtude das atividades formativas são voltadas para a pré-organização, monitoramento e deliberação de funções à equipe executiva, sempre seguindo conceitos de gestão condizentes com a literatura atual e em acordo com a lei, como compliance, governança e economicidade.

Segundo as análises, foi evidenciado também que o CPB utiliza de muitas parcerias com outras organizações para assegurar que estes projetos de formação aconteçam, em que a própria UFU se torna uma peça importante para que as atividades sejam concluídas. Foi elucidado que esse tipo de trabalho com apoio externo faz parte de uma nova política de descentralização do comitê. No entanto, um dos principais problemas apontados pelos gestores é a burocracia elevada que existe para que formações como esta possam ser executadas em instituições públicas. De toda forma, os gestores veem as ações formativas com um saldo positivo e esperam cumprir metas maiores em relação a capacitar profissionais a trabalhar com paratletas.

Por conseguinte, com ênfase na percepção dos beneficiários entrevistados que realizaram as atividades formativas, no caso das oferecidas pela EP, foi possível notar que grande parte dos entrevistados são profissionais já formados buscando especialização, e que alguns até mesmo já trabalham com o esporte paralímpico, buscando aperfeiçoar a qualidade dos seus serviços aos paratletas. Logo, o alto padrão de embasamento científico e do corpo docente, atrelado à gratuidade dos cursos e a possibilidade de aprendizado a partir de

plataformas *on-line*, foram pontos positivos elencados pelos cursistas. Entretanto, a maior dificuldade encontrada foram os gastos para participar das etapas presenciais de alguns cursos, o que gera uma contradição em questão da democratização do acesso ao conhecimento, na qual existe a tentativa do CPB de assegurá-la mediante do ensino remoto, porém, acaba se tornando complicada quando faz com que os cursistas tenham gastos para se deslocar em longas distâncias para concluir certas atividades, principalmente pela falta de locais com centros paralímpicos mais próximos aos/as alunos/as em outras regiões do país que seriam capazes de permitir que os/as alunos/as conseguissem se habilitar adequadamente.

De modo geral, apesar de certas dificuldades observadas, são notórios os esforços e os investimentos do CPB em virtude do oferecimento de capacitações de qualidade elevada a profissionais que irão se inserir no esporte paralímpico, além da preocupação de ofertar aos atletas uma equipe de apoio que permita a eles um bom desenvolvimento e resultados positivos em suas carreiras. Ademais, é plausível sugerir que esse empenho do CPB com a formação de profissionais tem um reflexo favorável nas conquistas alcançadas pelo Brasil no cenário paralímpico, a partir do momento que esse trabalho formativo é concordante com diversos pilares do modelo SPLISS de De Bosscher *et al* (2006), em especial, o 7º pilar relacionado ao suporte para técnicos, além de propiciar o atendimento das principais necessidades dos atletas paralímpicos, como aponta Patatas *et al* (2020). Assim, este estudo permitiu identificar lacunas a serem corrigidas para elevar ainda mais o nível de qualidade de formação de profissionais no esporte paralímpico, no qual é esperado que futuras pesquisas possam evidenciar métodos e estratégias cada vez mais proveitosas para essa finalidade.

Referências

- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Barros, I. J. F. de, Souza, R. R. B. de, & Vicente, R. A. P. (2019). As Mídias sociais como ferramentas de comunicação na divulgação do My English Online (MEO). *Olhares & Trilhas*, 61–70. <https://doi.org/10.14393/ot2018vxx.n.3.61-70>.
- Bendrath, E. A., Ferreira, T. F., & Basei, A. P. (2020). A Gestão do Esporte em Projetos Escolares: Implementação, Monitoramento e Avaliação. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 10 (2).
- Betti, M. (2005). Sobre teoria e prática: manifesto pela redescoberta da educação física. *Lecturas: Educación Física Y Deportes*, 91, 6.
- Brasil. (1998). *Artigo 70 da Constituição Federal de 1988*. <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>
- Candeloro, A. P., Rizzo, M. B. M. de; Pinho, V. (2012). *Compliance 360°: riscos, estratégias, conflitos e vaidades no mundo corporativo*. Trevisan Editora Universitária.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2018). *Regimento interno da Academia Paralímpica Brasileira*. Recuperado em 5 de setembro de 2023 de <https://cpb.org.br/wp-content/uploads/2023/07/regimento-interno-da-academia-paralimpica-brasileira.pdf>.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2020, 25 de agosto). *Jogos Paralímpicos em números: quantas medalhas o Brasil já conquistou na história*. Recuperado em 2 de maio de 2021 de <https://cpb.org.br/noticias/jogos-paralimpicos-em-numeros-quantas-medalhas-o-brasil-ja-conquistou-na-historia/>.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2021). *Gestão de Recursos*. Recuperado em 7 de novembro de 2023 de https://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/OutrasInfo/ORGANOGRAMA_CPB_2021.pdf.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2023). *Página inicial*. Recuperado em 7 de novembro de 2023 de <https://cpb.org.br/>.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2023). *Educação Paralímpica*. Recuperado em 7 de novembro de 2023 de <https://cpb.org.br/educacao-paralimpica/>.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2023). *Academia Paralímpica*. Recuperado em 5 de setembro de 2023 de <https://cpb.org.br/ciencia-e-pesquisa/academia-paralimpica/>.
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2023). *FAQ*. Recuperado em 7 de novembro de 2023 de <https://cpb.org.br/faq/>.
- Cruz, J. M. de O. (2008). Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. *Educação & Sociedade*, 29(105), 1023–1042. <https://doi.org/10.1590/s0101-73302008000400005>
- De Bosscher, V., De Knop, P., Van Bottenburg, M., & Shibli, S. (2006). A Conceptual Framework for Analysing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. *European Sport Management Quarterly*, 6(2), 185–215. <https://doi.org/10.1080/16184740600955087>
- Dias, R. R. M. de S. (2016). *Requisitos para implantação de programa de integridade (compliance) no Comitê Paralímpico Brasileiro*. [Tese de Pós-Graduação, Centro Universitário de Brasília]. Repositório UniCEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12078/1/51500455.pdf>
- Durães, M. (2022, 9 de junho). *MEC corta verba de universidades federais e destina a outros órgãos*. UOL. Recuperado em 27 de outubro de 2023 de <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/06/09/mec-corta-verba-institutos-universidades-federais.htm>.

- Educação Paralímpica. (2023). *Página inicial*. Recuperado em 15 de novembro de 2023 de <https://www.educacaoparalimpica.org.br/>.
- Educação Paralímpica. (2023). *Regulamento Educação Paralímpica 2022*. Recuperado em 15 de novembro de 2023 de <https://www.educacaoparalimpica.org.br/mod/resource/view.php?id=4380>.
- Elliott, J. (1993). *El cambio educativo desde la investigación-acción*. Morata.
- Engelman, S., & Oliveira, A. A. B. de. (2012). Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo - Ministério do Esporte. *Revista Da Educação Física / UEM*, 23, 543–552. <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v23.4.13379>
- Fayard, P. (2000). *O jogo da interação: informação e comunicação em estratégia*. EDUCS.
- Franco, M. L. P. B. (2008). *Análise de conteúdo* (3rd ed). Liber Livro.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos: Coleção Pesquisa Qualitativa*. Bookman Editora.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6nd ed.). Editora Atlas S.A.
- Hachem, D. W. (2014). Direito fundamental ao serviço público adequado e capacidade econômica do cidadão – Repensando a universalidade do acesso à luz da igualdade material. *A&c - Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, 14(55), 123. <https://doi.org/10.21056/aec.v14i55.106>
- Haiachi, M. de C., Cardoso, V. D., Reppold Filho, A. R., & Gaya, A. C. A. (2016). Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 2999–3006. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18512016>
- Joaquim, B. A., Carvalho, M. J., & Batista, P. M. (2011). REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O PERFIL DE COMPETÊNCIAS DO GESTOR DESPORTIVO. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 17(1), 255–279. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.15104>.
- Lira, M. P. de. (2013). *O que é compliance e como o profissional da área deve atuar?* Jusbrasil. Recuperado em 15 de novembro de 2023 de <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-compliance-e-como-o-profissional-da-area-deve-atuar/112396364>.
- Mandarino, M. L. F., & Gomes, J. S. (2020). A Crença do Uso da Burocracia como Instrumento de Eficiência na Administração Pública. *Revista FSA*, 17 (10), 289–302.
- Mello, M. T. de, & Winclker, C. (2012). *Esporte Paralímpico*. Editora Atheneu.
- Marques, R. D., & Fleury, F. A. (2013). A estratégia de gestão do comitê paralímpico brasileiro: impacto nos resultados das missões brasileiras nos jogos paralímpicos de 1996 a 2012. *XVI SEMEAD seminários em administração. Periódico na internet*. Recuperado em 2 de maio de 2021 de <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/default.asp>.
- Ministério da Educação. (2018). *Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.
- Mundo Autista. (2023, 27 de março). *Prevalência de autismo: 1 em 36*. Recuperado em 31 de outubro de 2023 de <https://omundoautista.uai.com.br/prevalencia-de-autismo-1-em-36/>.
- Mussio, S. C. (2020). Reflexões sobre as modalidades de estudo na educação a distância: benefícios e limitações. *Revista EDaPECI*, 20(1), 119–129. <https://doi.org/10.29276/redapeci.2020.20.112187.119-129>
- Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2010). *Business model generation*. John Wiley and Sons.
- Patatas, J. M., De Bosscher, V., Derom, I., & De Rycke, J. (2020). Managing parasport: An investigation of sport policy factors and stakeholders influencing para-athletes' career

- pathways. *Sport Management Review*, 23(5), 937–951.
<https://doi.org/10.1016/j.smr.2019.12.004>
- Pinto, M. S. L., & Oliveira, R. R. (2004). Estratégias competitivas no setor elétrico brasileiro: uma análise dos interesses e expectativas dos atores da Chesf. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(spe), 131–155. <https://doi.org/10.1590/s1415-65552004000500008>
- Pires, J. M. (1990). *O funcionamento do mercado: Demanda e Oferta*. Repositório Institucional EESC. Recuperado de <http://repositorio.eesc.usp.br/server/api/core/bitstreams/9b2775ea-3bad-4c79-8208-4ea80e0adcea/content>.
- Prefeitura de Vitória. (2017). *Excelência no Atendimento e Boas Práticas no Serviço Público*. <https://gestaopublicaeficiente.com.br/wp-content/uploads/Cartilha-Excelencia-e-Boas-Praticas-Prefeitura-de-Vitoria.pdf>.
- Procuradoria Geral da União. (2012). *Cartilha de Excelência no Atendimento de Boas Práticas na PGU*. <https://portalidea.com.br/cursos/1b42d1d6719c11bed01d7db8e8cbe1f4.pdf>.
- Ribeiro, H. C. M. (2016). Influência da governança corporativa nos stakeholders das entidades esportivas. *Revista Pretexto*, 17 (3), 40–56.
- Teixeira, S. M. F., & Ouverney, A. L. M. (2006). O sistema único de saúde brasileiro: desafios da gestão em rede. *Revista Portuguesa E Brasileira De Gestão*, 5(2), 16–25. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rbpg/article/view/79090>.
- Universidade Federal de Uberlândia. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física*. http://www.faeфи.ufu.br/system/files/conteudo/ppc_2022_1.pdf.
- Universidade Federal de Uberlândia. (2018). *Resolução SEI nº 06/2018, de 26 de setembro de 2018. Estabelece o Modelo de Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital (OCC) entre as Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências*. http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/documento/resolucao_occ.pdf.
- Wellichan, D. da S. P., & Lino, C. C. T. S. (2020). Aprender, Ensinar e Praticar: a biblioteca escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiências. *Revista Bibliomar*, 19(1), 141–158. Recuperado de <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13865>.

Apêndice

Roteiro da entrevista semiestruturada realizada com os gestores

- 1- Conte um pouco sobre seu cargo dentro da entidade, além de suas funções e obrigações no exercício dele.
- 2- Qual foi a sua experiência mais recente voltada a gestão de atividades relacionadas à formação e capacitação de profissionais no esporte paralímpico dentro da entidade?
- 3- Como é feita a idealização e o processo criativo de novas atividades de formação?
- 4- Em sua função de gestor e após elaborada uma nova atividade de formação e capacitação, quais os desdobramentos e práticas são realizadas visando gerir um desenvolvimento adequado do projeto? Quais etapas no decorrer da execução você acredita que sejam mais importantes para o sucesso da atividade?
- 5- De forma geral, quais tipos de conhecimentos são esperados que o público desenvolva após a realização destas atividades? Onde é esperado que o público aplique estes conhecimentos adquiridos?
- 6- Durante a divulgação e veiculação das atividades oferecidas, quais são os desafios presentes para que se consiga atingir o público-alvo?
- 7- Entendendo que o CPB possui muitas parcerias com outras instituições, como é feita a coparticipação delas no desenvolvimento destes projetos de capacitação e formação no esporte paralímpico? Qual o papel destas instituições em propagar ou mesmo executar estas atividades de formação e capacitação?
- 8- De maneira geral, qual é a média de gastos que a realização destes tipos de atividades de capacitação e formação exige e o que isso representa no orçamento geral da entidade? Como ocorre esta destinação de fundos?
- 9- Em um projeto de uma atividade de formação e capacitação, quais são os desafios, problemas e adversidades mais comumente encontrados durante a sua execução?
- 10- Elenque pontos positivos e negativos que você considera relevantes relacionados à gestão realizada pela entidade para com as atividades de formação e capacitação oferecidas.
- 11 - O SPLISS se trata de um modelo focado em evidenciar fatores determinantes no sucesso da carreira dos atletas, e nele, é possível observar que muitos destes fatores se remetem à gestão, seja de espaços, incentivos financeiros etc. Como você enxerga o papel da gestão para o cenário paralímpico brasileiro?

12 - Ainda sobre o modelo SPLISS, o 7º pilar do modelo se trata do desenvolvimento e suporte para técnicos. Qual a sua opinião sobre a importância que o CPB demonstra em relação a formação e capacitação de profissionais para o esporte paralímpico?

13- Qual a sua idade?

14 - Qual seu gênero?

15 - Qual sua formação? Possui formações complementares?

16 - Em seu cargo, qual o nível de prioridade que as atividades de formação e capacitação possuem?

17- Gostaria de acrescentar algo mais sobre a temática da entrevista, algo que ache interessante ou que não tenha sido perguntado?

Roteiro da entrevista semiestruturada realizada com os beneficiários

1- Qual a sua área de atuação dentro da Educação Física, como você a exerce e como ela se relaciona com o esporte paralímpico?

2- Qual foi a sua experiência mais recente com atividades oferecidas pelos órgãos citados? (Cursos, workshops ou quaisquer outros tipos de formações e capacitações voltadas para o esporte paralímpico).

3- Tendo em mente uma das atividades de capacitação que você realizou, como ela foi desenvolvida e como você caracterizaria a qualidade da execução desta atividade?

4- Pensando sobre o conteúdo oferecido dentro das atividades, como você classificaria o embasamento científico presente no mesmo?

5- De acordo com a atividade que você participou, descreva quais eram suas expectativas antes de realizá-las e se elas foram cumpridas adequadamente.

6- Por que meios de informação você ficou sabendo da realização das atividades? Quais tipos de dificuldades foram encontrados para o acesso das informações delas?

7- Durante a participação nas formações houve algum tipo de dificuldade em meio a execução delas? Se sim, ao que se remetia esta dificuldade (desempenho dos professores, infraestrutura, equipamentos utilizados etc.)

8- Quais foram os custos (financeiros ou de outra vertente) que você esteve a realizar as capacitações? Como você classificaria o custo-benefício ao realizá-la?

9- Elenque pontos positivos e negativos que você considera relevantes relacionados às atividades de formação e capacitação às quais você participou.

10- Após concluir as atividades de capacitação realizadas através dos órgãos como as experiências adquiridas nas mesmas puderam ser aproveitadas dentro de sua área de trabalho na Educação Física?

11- Qual a sua idade?

12 - Qual seu gênero?

13 - Qual sua formação? Possui formações complementares?

14 - Se pudesse sugerir temáticas e ações a serem inseridas dentro de futuras atividades de capacitação no esporte paralímpico destes órgãos, quais seriam elas e por quê?

15 - Gostaria de acrescentar algo mais sobre a temática da entrevista, algo que ache interessante ou que não tenha sido perguntado?

Anexos

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Gestão do esporte paralímpico: A formação e capacitação profissional em foco”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Profa. Dra. Giselle Helena Tavares e Felipe Nascimento Pereira. Nesta pesquisa nós estamos buscando identificar e analisar quais são e como ocorrem os processos de gestão desenvolvidos pelo CPB em relação à formação de profissionais capacitados a atuar no esporte paralímpico, além de analisar as ações da APB e da EP como cooperadora de tais processos, investigando a efetividade destas formações pelo olhar de gestores destes órgãos e beneficiários das ações formativas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelos pesquisadores Profa. Dra. Giselle Helena Tavares e Felipe Nascimento Pereira, estará disponível na entrevista semiestruturada e você terá um tempo para decidir se vai querer participar conf. Cap. III da Resol. 510/2016. Na sua participação, você deverá responder as perguntas de uma entrevista semiestruturada com duração aproximada de 25 minutos. A aplicação da entrevista semiestruturada será de maneira *on-line* por meio da plataforma de vídeo chamada gratuita *Zoom*, sendo necessário ao entrevistado que possua apenas acesso a internet no momento da entrevista. Segundo orientações da Resolução 510/16 os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade dos pesquisadores, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos consistem em algum tipo de ansiedade pelo primeiro contato com o instrumento da pesquisa, o participante não passará por qualquer constrangimento e os pesquisadores estarão disponíveis para diminuir qualquer dúvida ou prestar esclarecimentos que se fizerem necessários, os riscos de identificação foram minimizados pelos pesquisadores ao retirar qualquer questionamento que pudesse causar a identificação do participante. Os benefícios serão para contribuir em futuras pesquisas nessa área tendo em conta que há poucas referências que abordam este tema. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Profa. Dra. Giselle Helena Tavares, fone: 34- 3218-2926, Rua Benjamin Constant, nº 1286, bloco 1N, sala 256.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) Pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Diretrizes para autores da revista PODIUM

Política de submissão

A Comissão Editorial tem suas decisões e ações balizadas pelos princípios éticos que suportam as revistas científicas, e os editores devem acompanhar os mais recentes avanços editoriais científicos no mundo ibero-americano. Operacionalmente, a partir das etapas fornecidas pela plataforma Open Journal System (OJS), os artigos submetidos são avaliados pela Comissão Editorial no que se refere a seu mérito científico e adequação aos requisitos da American Psychological Association APA e demais preceitos editoriais da revista. Veja o exemplo: <https://libguides.library.usyd.edu.au/c.php?g=508212&p=3476096>

Os autores devem submeter o texto à revisão ortográfica, gramatical e normativa antes de apresentá-lo à Revista.

Todos os artigos submetidos a revista passam pela verificação do programa detector de plágio.

Em seguida, os textos submetidos são encaminhados a pelo menos dois pareceristas em sistema de blind review.

A partir das avaliações dos pareceristas, a Comissão Editorial pode decidir editar ou não os artigos submetidos além de sugerir mudanças eventuais de modo a adequar os textos.

Nenhum dos organismos editoriais, organizações de ensino e pesquisa ou pessoas físicas envolvidas nos conselhos, comitês ou processo de editoração e gestão da revista se responsabilizam pelo conteúdo dos artigos seja sob a forma de ideias, opiniões ou conceitos, devendo esta responsabilidade ser de inteira responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

Diretrizes Gerais de Redação

- O artigo submetido à Podium será avaliado primordialmente quanto a seu mérito científico; A revista Podium respeita a ética de publicação e segue integralmente os

princípios de Código de Conduta do Committee on Publication Ethics (COPE) desde o início de suas atividades em 2012 e sendo membro efetivo do COPE desde 2020. <http://www.publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>

- Para redação e apresentação do texto é requerida a sua adequação às normas da American Psychological Association (APA). APA e deve ser escrito em fonte Times New Roman tamanho 12 em espaço simples. O layout da página deve ser papel A4 (29,7 x 21 cm), com margens: superior (3 cm), esquerda (3 cm), inferior (2 cm) e direita (2 cm);
- O artigo deve possuir no mínimo 15 e no máximo 25 páginas, incluindo: Título, resumo, palavras-chave, Title, abstract, keywords, método, introdução, metodologia, análise e discussão dos resultados, conclusões e as referências;
- Todos os artigos submetidos a revista passam pela verificação do programa Oxsico (antiplágio).
- Quadros, tabelas, gráficos e ilustrações (preto e branco ou coloridas) deverão ser incluídos no documento principal, na sequência em que aparecem no texto e escritas em tamanho 10;
- É permitido o máximo de quatro autores para cada artigo;
- O artigo deve ser inédito no Brasil ou em outro país, não sendo considerada quebra de ineditismo a inclusão de parte ou de versão preliminar do mesmo em anais de eventos científicos de qualquer natureza;
- O artigo não pode ser submetido à avaliação simultânea em outro periódico;
- O Editor pode aceitar ou não o artigo submetido para publicação, de acordo com a política editorial;
- O Editor pode ou não aceitar um artigo após ele ter sido avaliado pelo sistema duplo-cego (Double Blind Review), o qual garante anonimato e sigilo tanto do autor (ou autores) como dos pareceristas;
- O Editor pode sugerir alterações do artigo tanto no que se refere ao conteúdo da matéria como em relação à adequação do texto às normas de redação e apresentação (APA);
- O artigo deve ser escrito de forma correta em termos gramaticais. Os pareceristas não farão correções;
- O artigo aprovado para publicação será submetido à edição final;
- No sistema OJS, adotado pela Revista Podium, o autor(es) terá a submissão do artigo automaticamente recusada pelo sistema se não aceitar as cláusulas de exclusividade, originalidade e de direitos autorais;
- O Sistema OJS anota a data de entrada e os passos do processo de avaliação e editoração do artigo, sendo que o autor(es) pode acompanhar o status de seu artigo, automaticamente pelo sistema;
- O editor e/ou qualquer indivíduo ou instituição vinculada aos seus órgãos colegiados não se responsabilizam pelas opiniões, ideias, conceitos e posicionamentos expressos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu autor (ou autores);
- As avaliações são feitas em formulários de avaliação padronizado, havendo espaço para comentários personalizados, os quais são encaminhados ao autor(es) em caso de aceite condicional, correções ou recusa;
- O artigo deve ser submetido somente online pelo site <https://periodicos.uninove.br/podium/about/submissions#onlineSubmissions>

ADOÇÃO DO RESUMO ESTRUTURADO:

Em substituição ao resumo comum, a **PODIUM** solicita aos autores a elaboração de um resumo estruturado contemplando:

Composição do resumo estruturado

(máximo 250 palavras + título + palavras-chave = em português, inglês e espanhol)

Título do trabalho

Objetivo do estudo (obrigatório): Indicar o objetivo do trabalho, ou seja, aquilo que ele pretende demonstrar ou descrever.

Metodologia/abordagem (obrigatório): Indicar o método científico empregado na condução do estudo. No caso dos ensaios teóricos, recomenda-se que o(s) autor(res) indiquem a abordagem teórica adotada.

Originalidade/Relevância (obrigatório): Indicar o gap teórico no qual o estudo se insere apresentando também a relevância acadêmica da temática.

Principais resultados (obrigatório): Indicar sucintamente os principais resultados alcançados.

Contribuições teóricas/metodológicas (obrigatório): Indicar as principais implicações teóricas e/ou metodológicas que foram alcançadas por meio dos achados do estudo realizado.

Contribuições sociais / para a gestão (opcional): Indicar as principais implicações gerenciais e/ou sociais alcançadas por meio dos achados do estudo realizado.

Palavras-chave: entre três e cinco palavras-chave que caracterizam o trabalho.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e da opção Propriedades no Microsoft Word.
4. URLs para as referências foram informadas quando possível.
5. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.
8. **CADASTRO NO ORCID**

Como forma de padronização de autoria, o Comitê da **PODIUM** tornou obrigatória a inclusão do iD do ORCID no ato da submissão. Após a primeira análise, antes de encaminharmos para avaliação, os manuscritos que não tiverem no sistema o ORCID informado, serão notificados para a inclusão do registro do identificador, e deve conter no ato do registro, informações da **formação acadêmica** e o **vínculo empregatício** (emprego, caso tenha).

- O identificador ORCID pode ser obtido gratuitamente no endereço: <https://orcid.org/register>.
- Você deve aceitar os padrões para apresentação de iD ORCID, e incluir a URL completa, acompanhada da expressão "http://", no seu cadastro, logo após o email (por

exemplo: <http://orcid.org/0000-0002-1825-0097>). **É obrigatório o registro ORCID de todos os autores.**

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

O(s) autor(es) autoriza(m) a publicação do texto na revista;

O(s) autor(es) garantem que a contribuição é original e inédita e que não está em processo de avaliação em outra(s) revista(s);

A revista não se responsabiliza pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É reservado aos editores o direito de proceder a ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a **Licença Creative Commons Attribution** que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre) em <http://opcit.eprints.org/oacitation-biblio.html>

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.